



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Relatório anual

Demonstrações financeiras

Notas explicativas

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário

Parecer do Conselho Fiscal

Componentes da Administração



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 trouxe avanços importantes para posicionar a Tupy como uma Companhia maior, diversificada e exposta a segmentos com alto potencial de crescimento e rentabilidade, tendo como base características que marcam nossa história, como pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Nos últimos anos, realizamos aquisições e aplicamos recursos no desenvolvimento de tecnologias, negócios e outros movimentos estratégicos que têm contribuído para a construção da Nova Tupy e, em paralelo, a obtenção de ganhos de eficiência. Essa disciplina financeira foi fundamental para alcançarmos bons resultados, com destaque para a geração de caixa operacional, num ambiente marcado pela redução dos volumes, taxas de câmbio desfavoráveis e inflação de serviços e mão de obra. Avançamos muito, especialmente na obtenção de sinergias entre as operações e em diversas iniciativas voltadas à redução de custos e despesas, porém, ainda há muitas oportunidades a serem capturadas em 2024.

Componentes Estruturais e Contratos de Manufatura: crescimento e agregação de valor ao produto tradicional

Com a aquisição da MWM, aumentamos significativamente nosso portfólio de produtos e serviços. As competências adquiridas em usinagem, montagem de motores e serviços de engenharia associados contribuíram para a obtenção de novos contratos, além de abrirem novas oportunidades.

Ao longo do último ano, anunciamos Contratos de Manufatura que totalizarão, em sua maturidade, receitas adicionais de cerca de R\$ 650 milhões por ano, crescentes a partir de 2025, compreendendo fundição, usinagem e pré-montagem. Isto representará aumento em nossa participação no segmento de veículos pesados (caminhões Classe 8) nos Estados Unidos, mercado que retornará com vigor no próximo ano.

Nossas plantas estão localizadas em países com vantagens comparativas e que se beneficiam de tendências como *nearshoring* e terceirização. No Brasil, diversas montadoras têm buscado ampliar a base de fornecimento local, obtendo assim maior eficiência operacional e otimização de processos logísticos, além de contar com uma matriz energética limpa. Já nossas plantas no México são referência para os clientes que precisam adaptar-se às exigências do *United States-Mexico-Canada Agreement* (USMCA) de aumento da participação de conteúdo produzido na América do Norte.

Energia e Descarbonização: novos negócios, Pesquisa & Desenvolvimento

Ao longo dos seus 70 anos, a MWM participou intensamente do agronegócio brasileiro, fornecendo motores para os principais fabricantes de tratores e outras máquinas agrícolas. Nos anos recentes, continuamos trazendo novas soluções com a oferta de motores movidos a biogás e biometano, que servem de acionamento a novos grupos geradores de eletricidade, torres de iluminação e motobombas de irrigação, que comercializamos com a marca MWM. Tais motores também promoveram a transformação veicular de múltiplos caminhões e ônibus que trouxeram enormes ganhos ambientais pela substituição de diesel por biometano, com especial relevância no ambiente rural.

Desde 2021, temos operado Bioplantas de terceiros e montamos equipes de especialistas em agronomia, biotecnologia, nutrição de solo, zootecnia e biofertilizantes. Este enorme esforço, combinado a parcerias técnicas com empresas, universidades e instituto de pesquisa, como Embrapa e Unesp nos trouxe aprendizados. Com isso, evoluímos para soluções completas e customizadas de operações próprias de novas Bioplantas, associadas a produção de proteínas de origem animal, que

compreendem desde o manejo de resíduos até a geração de biocombustíveis, eletricidade, dióxido de carbono verde e fertilizante organomineral.

O setor da agricultura, que representa aproximadamente 25% do PIB brasileiro, é um dos mercados prioritários para a Companhia, especialmente a cadeia de proteína animal exportadora, com destaque para suinocultura, avicultura e gado de leite. Além da diminuição das emissões atmosféricas, nossas soluções contribuem para a redução de custos, ganhos de eficiência e competitividade.

Assim, continuamos a cumprir a nossa missão de descarbonização viável: prover soluções de produção de energia limpa e econômica para a produção de alimentos, transporte de carga e construção de infraestrutura.

Continuamos a desenvolver outras tecnologias, em nosso centro de desenvolvimento de motores, vinculadas a outros biocombustíveis, que levaremos ao mercado ao longo de 2024 e 2025. Esses fatores, somados à força da marca MWM perante o agronegócio, constituem um posicionamento competitivo diferenciado para atender propriedades rurais de todos os tamanhos e com alto potencial de escalabilidade.

Acreditamos num futuro multicomcombustível, por isso, seguimos investindo em outras frentes, especialmente para a aplicação de novos materiais e processos que estamos criando.

No uso do hidrogênio, anunciamos contrato de fornecimento de cabeçotes para um motor que utilizará esta tecnologia no mercado europeu e, no mês passado, apresentamos no Congresso Internacional de Motores, realizado em Baden-Baden, Alemanha, o resultado de testes de uma nova tecnologia (*HPDI* – injeção direta em alta pressão em inglês) que poderá ser aplicada em motores de combustão interna a hidrogênio desenvolvidos por nossos clientes para maior potência e menor consumo de combustível.

A *Ultra Light Iron*, tecnologia desenvolvida pela Tupy que permite a fabricação de motores leves com peso equivalente ao em alumínio, e é mais econômico e com menos emissões de CO₂ no processo produtivo, foi nomeada para receber um prêmio global (Howard Taylor) concedido pela *American Foundry Association*, entidade mais importante do setor no mundo.

Reposição: resiliência e capacidade de distribuição

Com a aquisição da MWM, iniciamos as atividades de reposição (*after market*) de componentes de motores diesel, segmento que apresenta características anticíclicas e alta rentabilidade. Essa nova unidade conta com uma das maiores redes de distribuição de peças do País, composta por mais de 1.300 pontos de venda.

Ao longo de 2023, adicionamos mais de 1.000 itens ao nosso portfólio. Para 2024, estamos trabalhando intensamente para aumentar ainda mais a nossa oferta de serviços e componentes com maior valor agregado e expandir a capilaridade, incluindo a maior aproximação com o agronegócio e ampliação da rede no exterior. Neste contexto, já anunciamos um contrato de distribuição de *short blocks* para uma grande montadora norte-americana, num processo que contempla fundição, usinagem e montagem parcial.

Resultados recordes e ganhos de eficiência

A mudança da tecnologia de motores somada às taxas de juros ainda elevadas e restrições na oferta de crédito contribuíram para a queda de 38% na produção caminhões no Brasil, em 2023, com sensível impacto na unidade MWM. Já no mercado externo, ao final do ano, níveis de juros elevados e a queda nos preços de *commodities* impactaram as vendas de caminhões e máquinas sensíveis a esse indicador.

Neste contexto e com expectativas de um mercado desafiador em 2024, adotamos medidas de ajuste e otimização de ativos, com redução de produção superior a queda nas vendas, com reflexos desfavoráveis na eficiência operacional e na diluição de custos fixos. Esta decisão impactou as margens, porém, fortaleceu a forte geração de caixa operacional no período, que atingiu R\$ 829 milhões, crescimento de 106% na comparação com 2022 e melhor resultado da história da Companhia.

O resultado do período também foi afetado negativamente pelas expressivas apreciações do Real e do Peso Mexicano ante o Dólar ao longo do ano, com impacto nas receitas, custos e despesas. Esses efeitos, combinados com as quedas nas vendas e dos volumes produzidos, impactaram o EBITDA em aproximadamente R\$ 600 milhões em 2023.

Além da inflação de serviços e mão de obra, aumentamos também nossa estrutura voltada a novos negócios que, embora tenham grande importância estratégica e oportunidades promissoras, ainda não geram receita, e impactaram o EBITDA em cerca de R\$ 60 milhões.

Apesar desses efeitos, com a contribuição da MWM e de diversas iniciativas de redução de custos e despesas em todas as áreas da Companhia, o EBITDA do período foi similar ao do ano passado e alcançamos a maior receita e lucro líquido da história da Companhia, que totalizaram R\$ 11,4 bilhões e R\$ 517 milhões, respectivamente (crescimentos de 12% e 3% vs ano anterior).

Estamos orgulhosos desses resultados, conquistados em meio a tantas incertezas e fatores que não estão sob nosso controle, muitos dos quais permanecem em 2024. Estamos preparados para estes desafios e negociando contratos, otimizando estruturas, e adotando ações para o aumento da eficiência operacional em todas as plantas.

Em nossas decisões de alocação de capital, o desenvolvimento dos novos negócios continuará recebendo atenção, seguiremos aderentes à nossa estratégia e vislumbramos diversas oportunidades de crescimento, tanto nos negócios tradicionais quanto em novos segmentos de atuação nos quais aplicamos nossas competências, tendo sempre como base a inovação e a geração de valor para os nossos clientes e para a sociedade.

SÍNTESE DE RESULTADOS

Consolidado (R\$ Mil)

RESUMO	2023	2022	Var. [%]
Receitas	11.368.190	10.178.416	11,7%
Custo dos produtos vendidos	(9.433.067)	(8.290.773)	13,8%
Lucro Bruto	1.935.123	1.887.643	2,5%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>17,0%</i>	<i>18,5%</i>	
Despesas operacionais	(1.028.150)	(950.285)	8,2%
Outras despesas operacionais	(77.338)	(152.426)	-49,3%
Lucro antes do Resultado Financeiro	829.635	784.932	5,7%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>7,3%</i>	<i>7,7%</i>	
Resultado financeiro líquido	(291.495)	(141.854)	105,5%
Lucro antes dos Efeitos Fiscais	538.140	643.078	-16,3%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>4,7%</i>	<i>6,3%</i>	
Imposto de renda e contribuição social	(21.127)	(140.857)	-85,0%
Lucro Líquido	517.013	502.221	2,9%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>4,5%</i>	<i>4,9%</i>	
EBITDA (Inst. CVM 527/12)	1.196.175	1.133.483	5,5%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>10,5%</i>	<i>11,1%</i>	
EBITDA Ajustado	1.264.879	1.267.709	-0,2%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>11,1%</i>	<i>12,5%</i>	
Taxa de câmbio média (BRL/USD)	4,99	5,17	-3,5%
Taxa de câmbio média (BRL/EUR)	5,40	5,44	-0,7%

RECEITAS

As receitas totalizaram R\$ 11.368 milhões em 2023, aumento de 12% em relação a 2022. A comparação anual leva em consideração a aquisição da MWM, uma vez que a Tupy assumiu esta operação em 01 de dezembro de 2022.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2023	2022	Var. [%]
Receitas	11.368.190	10.178.416	11,7%
Mercado Interno	3.698.292	2.828.137	30,8%
<i>Participação %</i>	32,5%	27,8%	
Mercado Externo	7.669.898	7.350.279	4,3%
<i>Participação %</i>	67,5%	72,2%	
Receitas por segmento	11.368.190	10.178.416	11,7%
Componentes Estruturais e Contratos de Manufatura	9.850.204	9.779.458	0,7%
<i>Participação %</i>	86,6%	96,1%	
Energia e Descarbonização	700.554	-	-
<i>Participação %</i>	6,2%	-	
Distribuição	817.432	398.958	104,9%
<i>Participação %</i>	7,2%	3,9%	

Em 2023, a América do Norte foi responsável por 46% das receitas da Companhia. Por sua vez, as Américas do Sul e Central representaram 34%, e a Europa, 18%. Os demais 2% foram provenientes da Ásia, África e Oceania.

As receitas oriundas do mercado interno apresentaram aumento de 31%, decorrentes, principalmente, da aquisição da MWM, que apresenta maior participação da receita no mercado brasileiro. Esse efeito mitigou o impacto da queda de volumes decorrente da substituição de tecnologia de emissões de motores (Proconve P8 / Euro 6), com consequente aumento de preços dos veículos comerciais. Restrições ao crédito, taxas de juros elevadas e queda dos preços de *commodities* agrícolas também afetaram o desempenho no período.

No mercado externo, as receitas foram 4% superiores às de 2022, com destaque para as aplicações voltadas a veículos comerciais médios e pesados, enquanto os segmentos de veículos comerciais leves e *off-road* foram impactados pelos patamares elevados das taxas de juros. As receitas do período também foram negativamente afetadas pela apreciação de 3% do Real ante o Dólar (câmbio médio).

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O Custo dos Produtos Vendidos (“CPV”), em 2023, totalizou R\$ 9.433 milhões, montante 14% superior em relação a 2022.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2023	2022	Var. [%]
Receitas	11.368.190	10.178.416	11,7%
Custo dos produtos vendidos	(9.433.067)	(8.290.773)	13,8%
Matéria-prima	(5.808.198)	(5.022.579)	15,6%
Mão de obra, part. nos resultados e benefícios sociais	(1.904.891)	(1.778.621)	7,1%
Materiais de manutenção e terceiros	(702.836)	(557.712)	26,0%
Energia	(464.367)	(506.675)	-8,4%
Depreciação e amortização	(330.812)	(314.428)	5,2%
Outros	(221.962)	(110.758)	100,4%
Lucro bruto	1.935.123	1.887.643	2,5%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>17,0%</i>	<i>18,5%</i>	
Despesas operacionais	(1.028.150)	(950.285)	8,2%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>9,0%</i>	<i>9,3%</i>	

Além da inclusão dos custos provenientes da MWM, afetando a base de comparação, os indicadores do período foram impactados pela apreciação do Peso Mexicano, moeda que representa aproximadamente 20% dos custos, ante o Dólar, e pela inflação de serviços e mão de obra.

O volume produzido apresentou queda de 9% na comparação com 2022, decorrente da redução da demanda no Brasil e no exterior, além da realização de iniciativas de gestão voltadas à redução de estoques e à geração de caixa, resultando na menor diluição de custos fixos.

Esses fatores foram parcialmente mitigados por diversas iniciativas de redução de custos, ganhos de produtividade e sinergias capturadas ao longo de 2023.

As despesas operacionais apresentaram aumento de 8% em relação ao ano anterior, com valor correspondente a 9% das receitas líquidas, queda de 30 pontos-base na comparação com 2022, decorrente, principalmente, da redução de despesas com fretes e ganhos de eficiência.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

O resultado da conta de Outras Receitas (Despesas) operacionais líquidas correspondeu a uma despesa de R\$ 77 milhões em 2023, ante R\$ 152 milhões em 2022.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2023	2022	Var. [%]
Depreciação de ativos não operacionais	(8.634)	(416)	-
Amortização de ativos intangíveis	-	(17.784)	-
Compra Vantajosa	29.103	(14.298)	-
Reversão REINTEGRA	-	(52.694)	-
Constituição e atualização de provisões	(96.275)	(42.825)	124,8%
Resultado na venda de bens do imobilizado	(6.448)	(2.166)	197,7%
Resultado na venda de inservíveis e outros	4.916	(22.243)	-
Outras despesas operacionais líquidas	(77.338)	(152.426)	-49,3%

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido de 2023 consistiu em despesa de R\$ 291 milhões.

O aumento das despesas financeiras ao longo do ano passado deve-se, principalmente, ao incremento da dívida bruta decorrente da captação de debêntures no montante de R\$ 1 bilhão, realizada em setembro/2022, destinada ao pagamento da aquisição da MWM, impactando os juros dos empréstimos em Reais.

As receitas financeiras do período cresceram 9% na comparação com o ano anterior.

As despesas com variações monetárias e cambiais líquidas, no valor de R\$ 60 milhões, são decorrentes de (i) variações negativas nas contas do balanço patrimonial, no valor de R\$ 102 milhões, e (ii) resultado positivo com operações de *hedge* no valor de R\$ 42 milhões.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2023	2022	Var. [%]
Despesas financeiras	(340.075)	(221.484)	53,5%
Receitas financeiras	108.104	99.360	8,8%
Variações monetárias e cambiais líquidas	(59.524)	(19.730)	201,7%
Resultado Financeiro Líquido	(291.495)	(141.854)	105,5%

▽ LUCRO ANTES DOS EFEITOS FISCAIS E LUCRO LÍQUIDO

Em função dos fatores mencionados acima, da realização de créditos fiscais decorrentes de prejuízos históricos de controladas e de efeitos cambiais sobre a base tributária, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 517 milhões em 2023, ante lucro de R\$ 502 milhões no ano anterior.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2023	2022	Var. [%]
Lucro antes dos Efeitos Fiscais	538.140	643.078	-16,3%
Efeitos fiscais antes de impactos cambiais ¹	(86.622)	(183.717)	-52,9%
Lucro antes dos Efeitos cambiais sobre base tributária	451.518	459.361	-1,7%
Efeitos cambiais sobre a base tributária ¹	65.495	42.860	52,8%
Lucro Líquido	517.013	502.221	2,9%
% sobre as Receitas	4,5%	4,9%	

O impacto do aumento das despesas financeiras foi mitigado pela realização de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de controladas.

Nota¹: As bases tributárias dos ativos e passivos das empresas localizadas no México, onde a moeda funcional é o Dólar norte-americano, são mantidas em Pesos mexicanos. As flutuações nas taxas de câmbio modificam as bases tributárias e, conseqüentemente, efeitos cambiais são reconhecidos como receitas e/ou despesas de Imposto de Renda diferido.

▽ EBITDA

A combinação dos fatores supramencionados resultou em EBITDA CVM de R\$ 1.196 em milhões e EBITDA Ajustado de R\$ 1.265 milhões, com margens de 10,5% e 11,1%, respectivamente.

Consolidado (R\$ Mil)			
RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO C/ EBITDA	2023	2022	Var. [%]
Lucro Líquido do Exercício	517.013	502.221	2,9%
(+) Resultado financeiro líquido	291.495	141.854	105,5%
(+) Imposto de renda e contribuição social	21.127	140.857	-85,0%
(+) Depreciações e amortizações	366.540	348.551	5,2%
EBITDA (Instr. CVM 527/12)	1.196.175	1.133.483	5,5%
% sobre as receitas	10,5%	11,1%	
(+/-) Outras Despesas Operacionais Líquidas	68.704	134.226	-48,8%
EBITDA Ajustado	1.264.879	1.267.709	-0,2%
% sobre as receitas	11,1%	12,5%	

Os ajustes realizados no EBITDA têm como objetivo expurgar os efeitos de itens que apresentam menor correlação com o negócio, não apresentam efeito caixa ou não são recorrentes. Essas despesas totalizaram R\$ 69 milhões em 2023 e referem-se a (i) R\$ 96 milhões relacionados à constituição e atualização de provisões; (ii) R\$ 2 milhões decorrentes da venda de inservíveis e outras despesas, contraposto por ajustes de compra vantajosa no valor de R\$ 29 milhões.

Captura de sinergias, ganhos de eficiência operacional e iniciativas de redução de custos e despesas mitigaram parcialmente os efeitos negativos decorrentes da apreciação do Real e do Peso Mexicano, bem como da queda dos volumes de produção e vendas, fatores que em conjunto impactaram o EBITDA em mais de R\$ 600 milhões em 2023.

INVESTIMENTOS

O total de investimentos no ativo imobilizado e intangível, em 2023, foi de R\$ 610 milhões, aumento de 28% quando comparado a 2022 e correspondente a, aproximadamente, 5% da receita líquida do período.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2023	2022	Var. [%]
Ativo imobilizado			
Investimentos estratégicos	237.936	138.315	72,2%
Sustentação e modernização	295.153	279.515	5,6%
Meio Ambiente	40.857	24.256	68,4%
Juros e encargos financeiros	12.563	7.175	75,1%
Ativo intangível			
Software & Outros	18.195	22.517	-19,2%
Projetos em desenvolvimento	5.729	3.336	71,7%
Total	610.433	475.114	28,5%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>5,4%</i>	<i>4,7%</i>	

A variação está relacionada, principalmente, a novos programas de fundição e usinagem, iniciativas de ganhos de eficiência operacional e captura de sinergias, além de projetos de melhoria da segurança e meio ambiente.

Para verificar a relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas, evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício, vide Nota Explicativa 12 (Investimentos) das Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social de 2023, parte integrante deste documento.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2023 com endividamento líquido de R\$ 2.200 milhões, sendo que a relação entre dívida líquida e EBITDA Ajustado acumulado nos últimos doze meses correspondeu a 1,74x.

As obrigações em moeda estrangeira representam 62% do total (sendo 19% no curto prazo e 81% no longo prazo), enquanto 38% do endividamento está denominado em BRL (16% no curto prazo e 84% no longo prazo). Quanto ao saldo de caixa, 51% são denominados em Reais e 49% em moeda estrangeira.

Consolidado (R\$ Mil)		
ENDIVIDAMENTO	2023	2022
Curto prazo*	676.277	284.633
Longo prazo	3.127.748	3.235.576
Endividamento bruto	3.804.025	3.520.209
Caixa e equivalentes de caixa*	1.603.972	1.523.262
Endividamento líquido	2.200.053	1.996.947
Dívida bruta/EBITDA Ajustado	3,01x	2,78x
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	1,74x	1,58x

* Inclui instrumentos financeiros derivativos

CAPITAL DE GIRO

Consolidado (R\$ Mil)		
	2023	2022
Balço Patrimonial		
Contas a receber	1.831.735	2.031.380
Estoques	1.961.262	2.207.884
Contas a pagar	1.375.774	1.682.446
Prazo médio de recebimento [dias]	59	60
Estoques [dias]	76	79
Prazo médio de pagamento [dias]	53	57
Ciclo de conversão de caixa [dias]	82	82

O Capital de Giro, mensurado pela variação do saldo de Contas a Receber, Estoques e Contas a Pagar, apresentou queda de 5% na comparação com 2022.

A variação do Contas a Receber decorre, principalmente, da apreciação cambial sobre o saldo em moeda estrangeira, que representa 74% do total (taxa de fechamento BRL/USD 4,84 em dezembro de 2023 vs. BRL/USD 5,22 em dezembro de 2022).

A queda no saldo dos estoques reflete um conjunto de ações realizadas pela Companhia para redução de estoques nas operações.

A variação do contas a pagar decorre do menor volume produzido no período, com reflexo na redução do volume de compras, e deflação. Observou-se também o impacto da valorização do Real frente ao Dólar norte-americano nas contas a pagar em moeda estrangeira, que representaram 40% do total.

FLUXO DE CAIXA

Consolidado (R\$ Mil)			
RESUMO DO FLUXO DE CAIXA	2023	2022	Var. [%]
Caixa e equivalentes de caixa do início do período	1.509.829	1.272.445	18,7%
Caixa oriundo das atividades operacionais	829.125	401.696	106,4%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(735.209)	(1.063.907)	-30,9%
Caixa originado das atividades de financiamentos	48.134	923.561	-94,8%
Efeito cambial no caixa do exercício	(58.781)	(23.966)	145,3%
Aumento (Diminuição) da disponibilidade de caixa	83.269	237.384	-64,9%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.593.098	1.509.829	5,5%

A Companhia gerou R\$ 829 milhões de caixa a partir das atividades operacionais em 2023, crescimento de 106% em relação ao ano anterior.

Às atividades de investimentos foram aplicados R\$ 735 milhões, relacionados a adições aos ativos imobilizado e intangível, referentes a programas e projetos de novos produtos e usinagem, ganhos de eficiência, sistemas de informação, segurança e meio ambiente. A base de comparação foi afetada, principalmente, pela aquisição da MWM do Brasil, no valor de R\$ 855 milhões, em 2022.

Em relação às atividades de financiamento, verificou-se geração de R\$ 48 milhões vs. geração de R\$ 924 milhões no ano anterior. A base de comparação foi afetada pela emissão de debêntures no montante de R\$ 1 bilhão, destinada ao pagamento da aquisição da MWM do Brasil em 2022.

A combinação desses fatores, somada ao efeito cambial sobre o caixa, resultou em aumento da disponibilidade de caixa no montante de R\$ 83 milhões no período. Assim, encerramos o ano com saldo de caixa e equivalentes de R\$ 1.593 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposto na Resolução CVM nº. 162/22, de 14 de julho de 2022, e em suas políticas internas, a Tupy S.A. preserva a independência do auditor, de acordo com a regulamentação aplicável, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes prestaram serviços relacionados à auditoria externa e revisão da obrigação acessória relacionada à ECF (Escrituração Contábil Fiscal), sendo o montante R\$ 2.676 mil em honorários.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, de 30 de março de 2022, a Diretoria Executiva da Tupy S.A. declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia submete-se às regras da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, conforme art. 60 do seu Estatuto Social.

* * *

TUPY S.A. E CONTROLADAS**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022****(Em milhares de reais)****A T I V O**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	481.983	704.746	1.593.098	1.509.829
Instrumentos financeiros derivativos	37	5.202	5.141	10.874	13.433
Contas a receber	4	830.200	1.035.555	1.831.735	2.031.380
Estoques	5	444.402	519.306	1.961.262	2.207.884
Ferramentais	6	97.994	70.402	238.143	166.374
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	4.933	8.069	74.271	47.427
Demais tributos a recuperar	8	47.237	60.052	350.162	281.732
Títulos a receber e outros		53.434	57.293	127.108	168.621
Total do ativo circulante		1.965.385	2.460.564	6.186.653	6.426.680
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	29.472	30.124	51.122	30.124
Demais tributos a recuperar	8	14.944	12.281	271.395	342.552
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	9	212.057	265.839	780.516	657.132
Depósitos judiciais e outros		6.782	9.099	32.034	30.165
Investimentos em instrumentos patrimoniais		2.984	2.746	9.590	15.496
Propriedades para investimento	11	-	-	3.622	5.694
Investimentos	12	4.126.332	4.136.047	-	-
Imobilizado	13	857.244	708.827	2.792.713	2.584.302
Intangível	14	54.334	48.396	157.100	151.113
Total do ativo não circulante		5.304.149	5.213.359	4.098.092	3.816.578
Total do ativo		7.269.534	7.673.923	10.284.745	10.243.258

TUPY S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	558.563	606.734	1.375.774	1.682.446
Obrigações de combinação de negócios	20	163.644	304.739	163.644	304.739
Financiamentos e empréstimos	17	1.314.072	62.021	621.838	238.505
Debêntures	18	41.095	45.798	41.095	45.798
Instrumentos financeiros derivativos	37	12.998	73	13.344	330
Tributos a pagar	19	24.498	30.895	110.802	193.548
Salários, encargos sociais e participações	21	189.395	224.047	379.107	426.428
Adiantamentos de clientes	22	35.000	18.149	248.258	194.992
Partes relacionadas	10	3.785	6.219	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	26 f	94.189	98.243	94.189	98.243
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	24	14.598	23.868	14.598	23.868
Títulos a pagar e outros	25	38.274	28.025	184.141	181.448
Total do passivo circulante		2.490.111	1.448.811	3.246.790	3.390.345
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	17	140.817	1.860.831	2.133.325	2.242.516
Debêntures	18	994.423	993.060	994.423	993.060
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	24	248.357	220.578	405.825	380.274
Obrigações de combinação de negócios	20	53.076	107.768	53.076	107.768
Obrigações de benefícios de aposentadoria	23	-	-	104.571	91.367
Outros passivos de longo prazo		18.497	3.032	18.893	3.568
Total do passivo não circulante		1.455.170	3.185.269	3.710.113	3.818.553
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	1.177.603	1.060.301	1.177.603	1.060.301
Gastos com emissão de ações		(6.541)	(6.541)	(6.541)	(6.541)
Remuneração baseada em ações		11.177	9.876	11.177	9.876
(-) Ações em tesouraria	26b	(3.612)	(451)	(3.612)	(451)
Ajuste de avaliação patrimonial		711.974	799.055	711.974	799.055
Reservas de lucros		1.433.652	1.177.603	1.433.652	1.177.603
Participação não controladores		-	-	3.589	(5.483)
Total do patrimônio líquido		3.324.253	3.039.843	3.327.842	3.034.360
Total do passivo e patrimônio líquido		7.269.534	7.673.923	10.284.745	10.243.258

TUPY S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
RECEITAS	27	4.634.735	4.911.577	11.368.190	10.178.416
Custo dos produtos vendidos	28	(3.526.463)	(3.777.632)	(9.433.067)	(8.290.773)
LUCRO BRUTO		1.108.272	1.133.945	1.935.123	1.887.643
Despesas de vendas	28	(245.100)	(363.344)	(599.913)	(618.300)
Despesas administrativas	28	(227.624)	(212.671)	(428.237)	(331.985)
Outras despesas operacionais líquidas	30	(42.097)	(129.867)	(77.338)	(152.426)
Participação no resultado das controladas	12	318.005	261.396	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		911.456	689.459	829.635	784.932
Despesas financeiras	29	(277.875)	(176.779)	(340.075)	(221.484)
Receitas financeiras	29	54.303	89.716	108.104	99.360
Variações monetárias e cambiais líquidas	29	(55.827)	(3.434)	(59.524)	(19.730)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		632.057	598.962	538.140	643.078
Imposto de renda e contribuição social	31	(123.917)	(90.690)	(21.127)	(140.857)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		508.140	508.272	517.013	502.221
ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA TUPY S.A.		508.140	508.272	508.140	508.272
ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	8.873	(6.051)
RESULTADO POR AÇÃO					
Lucro básico por ação	32	3,52515	3,52595	3,52515	3,52595
Lucro diluído por ação	32	3,49521	3,50153	3,49521	3,50153

TUPY S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		508.140	508.272	517.013	502.221
Componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	12b	(165.310)	(168.047)	(165.310)	(168.047)
Hedge de investimento líquido no exterior	37c	123.534	111.652	123.534	111.652
Efeito fiscal sobre Hedge de investimento líquido no exterior		(42.010)	(37.961)	(42.010)	(37.961)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		424.354	413.916	433.227	407.865

TUPY S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Gastos com emissão de ações	Remuneração baseada em ações	(-) Ações em Tesouraria	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total acionistas controladores	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Variação cambial de investidas	Custo atribuído ao ativo imobilizado	Reserva legal	Reserva para investimentos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.060.301	(6.541)	8.680	(5)	876.825	20.664	105.966	686.654	-	2.752.544	670	2.753.214
Resultado abrangente do exercício												
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	508.272	508.272	(6.051)	502.221
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(4.078)	-	-	4.078	-	-	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	12b	-	-	-	-	(168.047)	-	-	-	(168.047)	-	(168.047)
Hedge de investimento líquido no exterior	37c	-	-	-	-	111.652	-	-	-	111.652	-	111.652
Efeito fiscal sobre Hedge de investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	(37.961)	-	-	-	(37.961)	-	(37.961)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	(94.356)	(4.078)	-	-	512.350	413.916	(6.051)	407.865
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas												
Plano de opção de ações dos administradores	-	-	5.682	-	-	-	-	-	-	5.682	-	5.682
Reversão do plano de ações dos administradores	-	-	(3.113)	-	-	-	-	-	3.113	-	-	-
(-) Ações em Tesouraria adquiridas	-	-	-	(1.819)	-	-	-	-	-	(1.819)	-	(1.819)
Transferência das ações para os beneficiários	-	-	(1.373)	1.373	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(102)	(102)
Destinação do resultado:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	25.414	-	(25.414)	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	424.671	(424.671)	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(65.102)	-	(65.102)	-	(65.102)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.378)	(65.378)	-	(65.378)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	1.196	(446)	-	-	25.414	359.569	(512.350)	(126.617)	(102)	(126.719)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.060.301	(6.541)	9.876	(451)	782.469	16.586	131.380	1.046.223	-	3.039.843	(5.483)	3.034.360
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.060.301	(6.541)	9.876	(451)	782.469	16.586	131.380	1.046.223	-	3.039.843	(5.483)	3.034.360
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	508.140	508.140	8.873	517.013
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.295)	-	-	3.295	-	-	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	12b	-	-	-	-	(165.310)	-	-	-	(165.310)	-	(165.310)
Hedge de investimento líquido no exterior	37c	-	-	-	-	123.534	-	-	-	123.534	-	123.534
Efeito fiscal sobre Hedge de investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	(42.010)	-	-	-	(42.010)	-	(42.010)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	(83.786)	(3.295)	-	-	511.435	424.354	8.873	433.227
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas												
Aumento de capital	26e	117.302	-	-	-	-	-	(117.302)	-	-	-	-
Plano de opção de ações dos administradores	-	-	10.321	-	-	-	-	-	-	10.321	-	10.321
Transferência das ações para os beneficiários	-	-	(9.020)	9.020	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Ações em Tesouraria adquiridas	-	-	-	(12.181)	-	-	-	-	-	(12.181)	-	(12.181)
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	199	199
Destinação do resultado:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	25.407	-	(25.407)	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	463.957	(463.957)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(116.013)	-	(116.013)	-	(116.013)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.071)	(22.071)	-	(22.071)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	117.302	-	1.301	(3.161)	-	25.407	230.642	(511.435)	(139.944)	199	(139.745)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.177.603	(6.541)	11.177	(3.612)	698.683	13.291	156.787	1.276.865	-	3.324.253	3.589	3.327.842

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

TUPY S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Lucro líquido do período antes do IR e CSLL		632.057	598.962	538.140	643.078
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	13 e 14	148.070	140.517	366.540	348.551
Reversão <i>impairment</i> imobilizado	13	(11.723)	-	(11.723)	-
Participação no resultado de controladas	12	(318.005)	(261.396)	-	-
Resultado na baixa de bens do imobilizado		15.961	(3.077)	21.222	(1.296)
Juros apropriados e variações cambiais		331.575	108.936	380.748	147.525
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.755)	6.226	(26.409)	10.862
Provisão para perdas nos estoques		(7.904)	2.046	(2.018)	(4.685)
Provisões para contingências		115.367	33.257	133.901	42.825
Remuneração baseada em ações		10.321	5.682	10.321	5.682
<i>Impairment</i> Reintegra	30	-	52.744	-	52.744
Variação de instrumentos patrimoniais	29	(238)	(649)	(238)	(649)
Compra vantajosa	30	(29.103)	4.178	(29.103)	4.178
		883.623	687.426	1.381.381	1.248.815
Varição nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		135.576	(394.434)	47.793	(422.212)
Estoques		82.808	(84.932)	202.564	(292.741)
Ferramentais de clientes		(27.592)	(11.210)	(79.558)	(29.792)
Demais tributos a recuperar		(98.205)	5.321	(77.692)	(134.443)
Títulos a receber e outros		2.109	(13.233)	45.318	(34.282)
Depósitos judiciais e outros		2.317	2.886	(1.869)	13.162
Fornecedores		(51.953)	96.599	(257.065)	92.850
Demais tributos a pagar		(6.397)	22.714	(81.092)	335
Salários, encargos sociais		(34.652)	74.166	(39.087)	97.212
Adiantamentos de clientes		16.851	(6.210)	58.745	(11.798)
Títulos a pagar e outros		10.249	(24.097)	3.812	(57.836)
Obrigações de benefícios de aposentadoria		-	-	18.931	22.703
Pagamentos de contingências e outras movimentações de longo prazo		(81.393)	(48.310)	(102.295)	58.390
Caixa gerado pelas operações		833.341	306.686	1.119.886	550.363
Juros pagos		(128.899)	(68.197)	(114.391)	(137.869)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(176.370)	(10.798)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		704.442	238.489	829.125	401.696
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:					
Reorganização societária	12 b	(61)	-	-	-
Pagamento oriundo de aquisição de empresa		-	(865.119)	-	(621.987)
Obrigações Combinação de negócios	20	(166.673)	-	(166.673)	-
Adições ao imobilizado e intangível	13 e 14	(260.271)	(183.948)	(570.286)	(444.020)
Caixa gerado na venda de ativo imobilizado		1.750	2.100	1.750	2.100
Controladas - operações de mútuo e outros		1.733	(173.646)	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos:		(423.522)	(1.220.613)	(735.209)	(1.063.907)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:					
Pagamento de financiamentos e empréstimos	17	(810.080)	(2.625)	(163.794)	(388.504)
Emissão de Debêntures	18	-	1.000.000	-	1.000.000
Juros sobre Debêntures	18	(147.008)	-	(147.008)	-
Captação de financiamentos e empréstimos	17	463.685	37.222	544.612	442.221
Pagamento de Arrendamentos s/ Direito Uso Ativos		(10.818)	(6.433)	(31.357)	(18.818)
Operações de risco sacado		-	-	-	(54.970)
Aumento de capital, líquido dos gastos com emissão de ações		150.000	-	-	-
Juros sobre o capital e dividendos pagos		(135.347)	(59.599)	(135.347)	(59.599)
Imposto de renda retido na fonte sobre JSCP pagos		(6.791)	5.050	(6.791)	5.050
Ações em tesouraria		(12.181)	(1.819)	(12.181)	(1.819)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		(508.540)	971.796	48.134	923.561
Efeito cambial no caixa do período		4.857	2.710	(58.781)	(23.966)
Aumento (diminuição) da disponibilidade de caixa		(222.763)	(7.618)	83.269	237.384
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		704.746	712.364	1.509.829	1.272.445
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		481.983	704.746	1.593.098	1.509.829

TUPY S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Geração do valor adicionado					
Venda de produtos, líquidas de devoluções e abatimentos	27	4.977.599	5.312.129	12.336.961	10.845.276
Outras (Despesas) Receitas		29.103	(14.298)	29.103	(14.298)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.755	(6.226)	26.409	(10.862)
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Matérias-primas e material de processo consumidas		(2.589.427)	(2.915.534)	(5.469.915)	(4.872.907)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		(593.207)	(699.330)	(2.857.830)	(2.344.771)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.826.823	1.676.741	4.064.728	3.602.438
Retenções:					
Depreciações e amortizações	13 e 14	(148.070)	(140.517)	(366.540)	(348.551)
Constituição <i>Impairment</i>	13	11.723	-	11.723	-
Valor adicionado líquido gerado		1.690.476	1.536.224	3.709.911	3.253.887
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado das controladas	12	318.005	261.396	-	-
Receitas financeiras	29	54.303	89.716	108.104	99.360
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		2.062.784	1.887.336	3.818.015	3.353.247
Distribuição do valor adicionado					
Do trabalho					
Colaboradores(as)		627.014	620.164	1.853.862	1.539.215
Encargos sociais - FGTS		44.388	43.130	78.226	43.130
Participação nos lucros ou resultados		86.566	95.718	122.101	153.231
Honorários da administração		24.057	29.717	24.057	29.717
Saúde e segurança no trabalho		70.074	65.648	107.374	65.648
Alimentação		14.745	14.675	27.727	14.675
Educação, capacitação e desenvolvimento profissional		1.342	1.556	4.394	2.649
Outros valores		20.185	21.559	50.125	62.995
Do governo					
Impostos, taxas e contribuições federais		287.452	245.037	498.961	491.079
Impostos e taxas estaduais		36.741	53.080	124.618	197.849
Impostos e taxas municipais e outros		8.378	8.567	9.958	9.624
Do capital de terceiros					
Despesas financeiras	29	277.875	176.779	340.075	221.484
Variações monetárias e cambiais líquidas	29	55.827	3.434	59.524	19.730
Do capital próprio					
Acionistas (dividendos)		22.071	65.378	22.071	65.378
Lucros retidos		486.069	442.894	494.942	436.843
TOTAL DO VALOR ADICIONADO		2.062.784	1.887.336	3.818.015	3.353.247

NOTAS EXPLICATIVAS

1.	INFORMAÇÕES GERAIS.....	22
2.	RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	22
3.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35
4.	CONTAS A RECEBER.....	36
5.	ESTOQUES	37
6.	FERRAMENTAIS	37
7.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	38
8.	DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR	38
9.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS	39
10.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	41
11.	PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	43
12.	INVESTIMENTOS.....	44
13.	IMOBILIZADO	45
14.	INTANGÍVEIS.....	47
15.	TÍTULOS A RECEBER, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OUTROS	48
16.	FORNECEDORES	49
17.	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS.....	49
18.	DEBÊNTURES	51
19.	TRIBUTOS A PAGAR	52
20.	OBRIGAÇÕES DE COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	52
21.	SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES.....	53
22.	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	53
23.	OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E SAÚDE.....	54
24.	PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS	54
25.	TÍTULOS A PAGAR E OUTROS	59
26.	CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS	59
27.	RECEITAS	63
28.	CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	64
29.	RESULTADO FINANCEIRO	64
30.	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS.....	65
31.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	65
32.	RESULTADO POR AÇÃO	66
33.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	66
34.	COBERTURA DE SEGUROS	69
35.	COMPROMISSOS	69
36.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	70
37.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E HEDGE DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO EXTERIOR	70
38.	GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO	73
39.	COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS.....	79
40.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	79

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tupy S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente, “Companhia” ou “Consolidado”) desenvolvem e produzem componentes estruturais em ferro fundido de elevada complexidade geométrica e metalúrgica. Essas soluções de engenharia são aplicadas nos setores de componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização e contribuem com a qualidade de vida das pessoas, promovendo o acesso à saúde, ao saneamento básico, à água potável, à produção e distribuição de alimentos e ao comércio global. A inovação tecnológica envolvida na produção e na criação destas peças é a especialidade da empresa, em seus 86 anos de história. A Companhia possui plantas industriais no Brasil, em Joinville-SC, em Betim-MG, em São Paulo-SP e um centro de distribuição em Jundiaí-SP. No exterior, suas unidades estão localizadas no México, nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe e em Portugal na cidade de Aveiro. Além das plantas industriais, a Controladora possui uma subsidiária na Holanda, atuando na centralização das operações da Companhia no exterior e outra em Luxemburgo para a emissão de títulos de dívida no mercado internacional. Possui também escritórios comerciais na Alemanha, EUA e Itália.

A Tupy S.A. é uma sociedade anônima, com sede em Joinville-SC, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”: TUPY3) e listada no Novo Mercado da B3 S.A.

Em 30 de novembro de 2022 a Companhia concluiu a aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda, obtendo assim o controle das operações.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2024.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior

complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.5.

2.2 Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia perder o controle, total ou em conjunto. Nesta situação, na data da perda de controle é dada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 as controladas consolidadas são:

	Participação (*)	Moeda funcional	Localização da sede
Controladas Diretas			
Tupy Materials & Components B.V.	(a) 100,00	Dólar	Holanda
MWM - Tupy do Brasil Ltda.	(b) 100,00	Reais	Brasil
Tupy Minas Gerais Ltda.	(c) 100,00	Reais	Brasil
Tupy Agroenergética Ltda.	(d) 100,00	Reais	Brasil
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	(e) 100,00	Reais	Brasil
Controladas Indiretas			
Tupy Europe GmbH	(f) 100,00	Euro	Alemanha
Tupy American Foundry Corporation	(f) 100,00	Dólar	EUA
FUNFRAP – Fundação Portuguesa, S.A.	(c) 83,60	Euro	Portugal
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.	(c) 100,00	Dólar	México
Technocast, S.A. de C.V.	(c) 100,00	Dólar	México
Diesel Servicios Industriales, S.A. de C.V.	(g) 100,00	Dólar	México
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V.	(g) 100,00	Dólar	México
Tupy Overseas S.A.	(h) 100,00	Dólar	Luxemburgo

(*) Participação no capital social e no capital votante.

O investimento da Companhia em entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial compreende participação em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Principais atividades das empresas controladas:

- Sociedade constituída com o intuito de concentrar as atividades corporativas no exterior.
- Usinagem e montagem de motores e geradores de energia.
- Plantas industriais voltadas ao segmento de transporte de carga, infraestrutura e agricultura.
- Sociedade que atuou com atividades de reflorestamento.
- Sociedade em processo de liquidação, sem atividade atualmente.
- Sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica do segmento de transporte de carga, infraestrutura e agricultura;
- Prestadoras de serviços de mão de obra para as controladas no México.
- Sociedade no exterior constituída com o intuito de possibilitar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas

são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

2.3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos como parte de uma combinação de negócios são mensurados a valor justo na data de aquisição, com exceção dos ativos fiscais diferidos e dos ativos de reembolso.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, a compra vantajosa é mensurada como sendo o excedente entre o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos em relação a contraprestação transferida. A diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Controladora.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais, resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com financiamentos e empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado financeiro como variações

monetárias e cambiais líquidas. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

As variações cambiais dos títulos monetários em moeda estrangeira classificados pelo custo amortizado são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários estão incluídas na conta ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido até a alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nesses empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

c. Controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades Consolidadas (nenhuma das quais têm moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias do mês da transação.
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos:

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece nas demonstrações financeiras o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporárias. É registrada uma provisão para perda de ativos fiscais quando a capacidade de recuperação destes ativos não for provável.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos. (nota 9)

b. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, a qual é revisada anualmente, que está conforme as práticas da indústria e experiência prévia, e refletem a vida econômica do ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada planta industrial. As vidas úteis do ativo imobilizado também afetam os testes de recuperação, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de alterações materiais nas estimativas e premissas usadas na determinação da vida útil estimada. (nota 13)

c. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia testa anualmente seus ativos intangíveis e outros ativos de longo prazo sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados, estimados para serem gerados por tais ativos, são menores do que os valores contábeis desses itens.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

As estimativas de fluxo de caixa baseiam-se nos resultados históricos ajustados para refletir a melhor estimativa de mercado e condições operacionais da Companhia. As estimativas dos valores reais utilizadas pela Companhia para calcular a perda por redução do valor de recuperação, se houver, representam a melhor estimativa com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. A perda por redução do valor de recuperação também pode ocorrer quando decidimos alienar ativos.

d. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas são registradas quando a possibilidade de desembolsos ou perda em demandas judiciais forem consideradas prováveis, com apoio de consultores jurídicos. O registro de provisões de contingências ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos envolve o

exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. (nota 24)

2.6 Políticas contábeis específicas da Companhia

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo. As condições de rentabilidade dessas aplicações estão apresentadas na nota 3.

b. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido, quando aplicável.

A análise para a constituição de provisão, em acordo com as normas da Companhia, considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. Tais provisões são revisadas e ajustadas a cada data base de apresentação das demonstrações financeiras. (nota 5)

c. Ferramentais

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Tais ferramentais estão suportados por contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo e são faturados mediante aceite dos clientes. (nota 6)

d. Ativos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

As classificações dos ativos financeiros são baseadas no modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos nas características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificados conforme segue:

- Instrumentos de dívida mensurados a custo amortizado (“CA”);
- Instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”);
- Instrumentos de dívida, derivativos, instrumentos de patrimônio e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”);

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis e contratos de mútuos e são

classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. Investimentos em instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros derivativos são classificados na categoria ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

(ii) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

(a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

(b) os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Devem ser mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

(a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte, incluindo análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e informações prospectivas. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

(v) Desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou expiram ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e hedge de investimento líquido no exterior

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição às taxas de câmbio.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza operações de derivativos financeiros *zero cost collar* - “ZCC” e *Non Deliverable Forwards* “NDF” como instrumento para minimizar os riscos decorrentes de variação cambial sobre sua receita operacional.

Os instrumentos derivativos financeiros contratados pela Companhia, são classificados como derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado e, dessa forma, todas as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado financeiro.

O valor justo total de um instrumento financeiro derivativo é classificado como não circulante, quando o vencimento do contrato for superior a 12 meses.

Hedge de investimento líquido no exterior

A Companhia designa empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como instrumento de *hedge* para proteção do risco de variação cambial proveniente de investimentos mantidos pela Companhia no exterior oriundos da conversão dos referidos investimentos para moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

No início de cada operação a Companhia documenta:

- a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge;
- os objetivos da gestão de risco;
- a estratégia para a realização da contabilidade de hedge;
- a avaliação de que os instrumentos de hedge usados nas operações são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva do ganho ou perda de um instrumento de *hedge* designado e qualificado como *hedge* de investimento líquido no exterior é reconhecida no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro da Companhia. As movimentações nos valores de *hedge*

classificados na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota 37.

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

e. Financiamentos e empréstimos e Debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. (notas 17 e 18)

f. Passivos financeiros

São classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e títulos a pagar e outros.

(ii) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

g. Fornecedores participantes de operações “risco sacado”

A Companhia viabiliza programa de operação de risco sacado com instituições financeiras com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados as compras da Controladora e das subsidiárias de Betim e do México.

Nas operações da Controladora, a instituição financeira se oferece separadamente para pagar antecipadamente ao fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira, na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação original. Esta operação não altera os valores e natureza passiva e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. Os prazos não são alterados significativamente e não há garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados

às faturas dos fornecedores e não alteram substancialmente os fluxos de caixa da Companhia, nem mesmo a essência econômico-financeira de tratar-se de transações operacionais de suprimento e compra de bens ou serviços para a Companhia em montantes não relevantes nos exercícios de 2023. Considerando tais características e a essência destas transações, a Companhia possui como prática contábil reconhecer os respectivos passivos financeiros oriundos destas transações na rubrica de Fornecedores. (nota 16)

h. Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefícios definidos para os empregados do México que são financiados por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui plano de contribuição definida para os empregados no Brasil.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação ao plano de contribuição definida, no Brasil, a Companhia faz contribuições para plano de seguro de pensão privado de forma contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. (notas 21 e 23)

i. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação. A receita proveniente do adiantamento de clientes é reconhecida quando da conclusão da construção de ferramentais e com a aprovação do ferramental pelo cliente. (nota 22)

j. Remuneração com base em ações

A Companhia possui plano de remuneração com base em ações para Administradores. A parte da remuneração variável desses Administradores é liquidada através da emissão ou compra de instrumentos de patrimônio líquido da Companhia. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. (nota 26)

k. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

l. Receitas

As receitas são apresentadas líquidas dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando:

- o valor das vendas é mensurável de forma confiável;
- a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta;
- os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável;
- é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia;
- e os riscos e os benefícios dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador.

Essas condições de reconhecimento da receita, normalmente estão atreladas à entrega física das mercadorias, seja nas instalações do cliente ou da Companhia, a depender do tipo de frete contratado. Para contratos que permitam ao cliente devolver os produtos, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. (nota 27)

m. Impostos indiretos

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos. De igual forma, as aquisições de mercadorias, de serviços, de ativos e as despesas, excetuando as situações em que, nas aquisições, os impostos não forem passíveis de crédito, hipótese em que tais impostos são reconhecidos como parte do custo de aquisição da mercadoria, do serviço, do ativo e da despesa, conforme o caso.

O valor dos impostos incidentes nas vendas e nas aquisições são incluídos como componente dos valores a receber ou pagar no balanço da Companhia.

O valor dos impostos, após sua apuração, (contrapondo os créditos pelas aquisições e os débitos pelas saídas), apresentarão saldo recuperável ou a pagar e são apresentados no balanço patrimonial como ativo ou passivo, respectivamente.

Esses encargos estão deduzidos da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS e o ICMS são apresentados na demonstração do resultado deduzidos do custo dos serviços prestados.

n. Informação por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

- Segmento componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização
- Segmento de distribuição

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho, que tem como principais indicadores o EBITDA e o lucro operacional que, em alguns casos, é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das demonstrações financeiras consolidadas.

Os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados de forma consolidada, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Receitas financeiras e custos financeiros, além de ganhos e perdas a valor justo sobre ativos financeiros, não são alocados a segmentos individuais, uma vez que instrumentos subjacentes são administrados de forma agrupada.

Impostos correntes, impostos diferidos e determinados ativos e passivos financeiros não são alocados a esses segmentos, uma vez que também são administrados de forma agrupada.

Dispêndios de capital consistem em adições de imobilizado, ativos intangíveis e propriedades para investimento, incluindo ativos originados da aquisição de subsidiárias.

2.7 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

a. Novas normas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro CPC 50 – Contratos de Seguro e substituindo o CPC 11 – Contratos de Seguro. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta norma não impacta a Companhia.

Alterações ao CPC 23 /IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

As alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Divulgação de políticas contábeis

A Companhia adotou a divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis “significativas”, para políticas contábeis “materiais” e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 2 Políticas contábeis materiais (2022: Principais práticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

Alterações ao CPC 32 / IAS 12: Tributos sobre o Lucro

a) Imposto diferido de transação única

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, a entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. No entanto, não houve impacto no balanço patrimonial pois os saldos se qualificam para compensação de acordo com o parágrafo 74 do CPC 32/IAS 12. Também não houve impacto sobre os lucros, prejuízos acumulados de abertura em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração.

b) Reforma tributária internacional – pilar Dois

A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois (Nota 31). A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante com *covenants*

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 17, a Companhia tem um empréstimo bancário que está sujeito a *covenants* específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratadas.

Alterações ao CPC 26 / IAS 1 e CPC 40 / IFRS7: Acordos de financiamentos de fornecedores

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Conforme divulgado na Nota 16, a Companhia participa de um acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Alterações ao CPC 06/IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback*.

Alterações ao CPC 02/IAS 21 – Ausência de conversibilidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Caixa e bancos no país	4.104	3.200	9.072	26.139
Aplicações financeiras no país	457.397	625.633	801.871	916.210
Aplicações financeiras no exterior	20.482	75.913	782.155	567.480
	481.983	704.746	1.593.098	1.509.829

As aplicações financeiras apresentadas como caixa e equivalentes de caixa são títulos de liquidez imediata e representam risco insignificante de mudança de valor. No país, as aplicações são remuneradas pela variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 13,38% ao ano (a taxa média de 12,45% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). No exterior as aplicações são predominantemente em Dólar norte americano (US\$) e remunerados pela taxa média de 4,74% ao ano (2,08% ao ano em 31 de dezembro de 2022) denominadas *time deposit* e *overnight*.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo caixa e equivalente de caixa carregava R\$ 243.132 da adquirida MWM Tupy do Brasil Ltda., oriundo da combinação de negócios ocorrida em 01 de dezembro daquele ano, que seria devolvido à vendedora após discussões sobre o ajuste final do preço da transação. Em 29 de setembro de 2023, após acordo parcial, R\$ 169.785 foram reembolsados e em 1º de fevereiro de 2024 o acordo foi fechado em definitivo gerando valor a pagar para a Navistar da ordem de R\$ 74.180.

A Companhia opera com instituições de primeira linha conforme detalhado na nota 38.1.

4. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes, indicados por mercado e por prazo de recebimento, estão refletidos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Mercado interno	214.716	176.808	481.457	638.762
Mercado externo	622.958	868.056	1.388.609	1.469.486
Estimativa para perdas em recebíveis	(7.474)	(9.309)	(38.331)	(76.868)
	830.200	1.035.555	1.831.735	2.031.380

O saldo de contas a receber do mercado interno é denominado em Real e do mercado externo predominantemente em Dólar norte americano e, em menor escala, em Euro.

A redução do contas a receber decorre, principalmente, de variações no volume de vendas no último trimestre de 2023 em comparação com o mesmo período do exercício anterior e pela valorização do Real frente ao Dólar norte americano (US\$) que passou de R\$ 5,2177 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023.

O montante de contas a receber da Controladora, no mercado externo, inclui valores referentes a vendas para partes relacionadas que são eliminados na consolidação, no montante de R\$ 449.779 (R\$ 783.444 em 31 de dezembro de 2022) (nota 10).

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
A vencer até 30 dias	406.019	536.573	887.691	868.769
A vencer de 31 a 60 dias	168.933	225.944	439.860	548.609
A vencer acima de 61 dias	228.343	247.351	291.763	381.486
Total A Vencer	803.295	1.009.868	1.619.314	1.798.864
Vencidas até 30 dias	27.466	22.036	138.589	130.532
Vencidas de 31 a 60 dias	1.933	2.057	42.869	46.401
Vencidas acima de 61 dias	4.980	10.903	69.294	132.451
Total Vencidas	34.379	34.996	250.752	309.384
Estimativa para perdas em recebíveis	(7.474)	(9.309)	(38.331)	(76.868)
Total	830.200	1.035.555	1.831.735	2.031.380

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar a estimativa para perdas em recebíveis, que apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Saldo inicial	(9.309)	(4.439)	(76.868)	(11.256)
Combinação de negócios	-	-	-	(55.193)
Adições	(15.476)	(22.038)	(39.710)	(26.677)
Reversões	18.231	15.812	66.119	15.815
Baixas(*)	(920)	1.356	12.128	443
Saldo final	(7.474)	(9.309)	(38.331)	(76.868)

(*) Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incobráveis

Em 31 de dezembro de 2023 a estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes representava 2,1% do saldo de contas a receber consolidado em aberto (em 31 de dezembro de 2022 era 3,6%). A reversão de parte dos valores contabilizados como estimativa para perdas em recebíveis apresentados no consolidado é decorrente, substancialmente, do acordo entre a MWM Tupy do Brasil Ltda. com um cliente inadimplente que liquidou a dívida de R\$ 36.725 por R\$ 11.000. O montante

recebido no acordo foi enviado para a antiga controladora da MWM Tupy do Brasil Ltda, Navistar International Corporation, como acordado no contrato de aquisição firmado entre as partes.

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Produtos acabados	200.333	223.862	679.136	622.443
Produtos em elaboração	100.028	154.674	496.363	621.202
Matérias-primas	114.273	121.402	652.796	821.826
Materiais de manutenção e outros	39.587	37.091	205.357	216.821
Estimativa para perdas	(9.819)	(17.723)	(72.390)	(74.408)
	444.402	519.306	1.961.262	2.207.884

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido (estimativas de perdas conforme políticas internas), quando aplicável.

A redução observada no saldo dos estoques é decorrente de ações para redução de capital de giro, amplificados pela valorização do Real frente ao Dólar norte americano, que passou de R\$ 5,2177 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023.

A provisão para perdas apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Saldo inicial	(17.723)	(15.677)	(74.408)	(79.093)
Combinação de negócios	-	-	-	(20.643)
Reversões (adições)	5.399	(3.835)	(10.464)	21.139
Baixas por perda	2.505	1.789	12.482	4.189
Saldo final	(9.819)	(17.723)	(72.390)	(74.408)

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía estoques de produtos acabados oferecidos em garantia de processos trabalhistas e previdenciários no montante de R\$ 9.371 (R\$ 9.746 em 31 de dezembro de 2022) na Controladora e no Consolidado. Desde janeiro de 2020 a Companhia adota a contratação de seguro garantia.

6. FERRAMENTAIS

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Ferramentais Mercado Interno	43.279	28.310	69.772	41.964
Ferramentais Mercado Externo	54.715	42.092	168.371	124.410
	97.994	70.402	238.143	166.374

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos de fornecimento e quando concluídos serão faturados aos respectivos clientes. A construção, em grande parte, é financiada pelos respectivos clientes (nota 22). O acréscimo no período decorre da construção de ferramentais para atender novos projetos ou para substituição de ferramentais desgastados.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	dez/23			dez/22		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora	4.933	29.472	34.405	8.069	30.124	38.193
Imposto de renda	4.933	20.175	25.108	8.069	21.616	29.685
Contribuição social	-	9.297	9.297	-	8.508	8.508
Controladas	69.338	21.650	90.988	39.358	-	39.358
Imposto de renda	69.338	21.650	90.988	39.343	-	39.343
Contribuição social	-	-	-	15	-	15
Consolidado	74.271	51.122	125.393	47.427	30.124	77.551

O acréscimo em relação a 2022 é decorrente do recolhimento por estimativa no início de 2023, na controlada Tupy México Saltillo, S.A de CV.

8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR

Controladora

	dez/23			dez/22		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a recuperar - SP (a)	50	-	50	102	-	102
ICMS a recuperar - SC (a)	7.690	8.166	15.856	20.569	5.503	26.072
Benefício Reintegra	670	-	670	795	-	795
COFINS, PIS e IPI a recuperar (b)	38.827	6.778	45.605	38.586	6.778	45.364
	47.237	14.944	62.181	60.052	12.281	72.333

Consolidado

	dez/23			dez/22		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a recuperar - SP (a)	22.848	86.118	108.966	11.101	92.897	103.998
ICMS a recuperar - SC (a)	7.690	8.166	15.856	20.569	5.503	26.072
ICMS a recuperar - MG (a)	3.797	3.259	7.056	3.543	3.259	6.802
Benefício Reintegra	876	-	876	1.499	-	1.499
COFINS, PIS e IPI a recuperar (b)	161.001	72.378	233.379	156.051	154.231	310.282
Imposto sobre valor agregado - IVA (c)	153.950	101.474	255.424	88.969	86.662	175.631
	350.162	271.395	621.557	281.732	342.552	624.284

a. ICMS a recuperar

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados e de compras de ativos imobilizados, estes realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável.

Em Santa Catarina a Companhia vem realizando mediante transferências a terceiros e com a ampliação do regime do Pro-Emprego, que difere a cobrança do ICMS nas compras de materiais e energia.

O crédito acumulado em São Paulo tem origem na combinação de negócios pela aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda, ocorrida em 01 de dezembro de 2022. Referido crédito foi constituído ao longo dos anos, em especial em 2018 devido essencialmente aos pagamentos de ICMS no desembaraço aduaneiro de mercadorias realizado dentro do estado de São Paulo sem contrapartida equivalente de consumo (débitos) em vista da representatividade na operação das atividades exportadoras (isentas) e das vendas interestaduais (realizadas sob alíquota inferior à praticada no referido desembaraço).

Ações na busca da realização deste ativo encontram-se em andamento, tanto para viabilizar transferências para terceiros assim como minimizar a geração de créditos e maximizar geração de débitos.

b. PIS, COFINS e IPI a recuperar

São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias e para compensação de outros tributos federais para a parcela de origem proporcional às receitas de exportação. Para os créditos de origem proporcional às receitas do mercado interno a utilização se dá pela compensação em conta gráfica.

A combinação de negócios pela aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda trouxe ativo de PIS e COFINS de origem da exclusão do ICMS da base de cálculo, no montante valor de R\$ 218.760. Deste montante R\$ 168.760 serão ressarcidos à vendedora à medida que forem utilizados pela adquirida.

A redução observada em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2022 decorre da utilização para compensação de tributos e contribuições federais.

c. Imposto sobre valor agregado – IVA

São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo das controladas no México e das exportações, a partir das empresas adquiridas em 1º de outubro de 2021, com desembaraço na Itália. Referidos créditos são reembolsados regularmente pelas respectivas autoridades fiscais. O acréscimo em relação ao saldo de 2022 decorre do atraso no ressarcimento por parte do fisco mexicano, regularizado em janeiro de 2024.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Ativo diferido				
Prejuízo fiscal IRPJ e base negativa CSLL	138.106	178.723	458.558	436.988
Provisões para contingências	45.885	56.222	129.265	113.485
Impostos e contribuições a recuperar	38.602	38.931	38.602	38.931
Impairment imobilizado	2.435	24.963	2.472	24.999
Salários, encargos sociais e participações	6.159	3.441	78.650	74.256
Provisão para perdas no contas a receber	11.253	13.895	21.269	19.496
Provisão para perdas nos estoques	4.055	8.523	9.175	18.277
Provisão Remuneração Baseada em Ações	3.799	3.357	3.799	3.357
Ferramentais de terceiros	-	-	14.122	22.813
Contratos Derivativos - Opções	4.414	25	4.414	25
Outros itens	-	2.232	69.477	35.584
Imobilizado - base fiscal (México)	-	-	62.704	39.065
Lucros não realizados nas subsidiárias	-	-	12.037	9.435
Sub-total	254.708	330.312	904.544	836.711
Passivo diferido				
Diferenças de taxas de depreciação	10.807	39.345	15.969	42.264
Efeito combinação de negócios	21.627	14.836	21.627	14.835
Imobilizado - ajuste de avaliação patrimonial	6.878	8.544	7.593	9.498
Contratos Derivativos - Opções	1.769	1.748	1.769	1.748
Imposto diferido sobre avaliação de ativos	-	-	36.855	36.855
Imposto diferido s/ ICMS na base de PIS/COFINS	-	-	38.645	74.378
Outros itens	1.570	-	1.570	-
Sub-total	42.651	64.473	124.028	179.579
Total líquido do ativo diferido	212.057	265.839	780.516	657.132

A legislação tributária no México permite que a Companhia faça a depreciação com base no ativo imobilizado fiscal, dessa forma a Companhia registra a diferença temporária da depreciação entre a base

fiscal e a contábil. Em 31 de dezembro de 2023 o montante dos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias é de R\$ 62.704 (R\$ 39.065 em 31 de dezembro de 2022). A variação no exercício decorre do impacto cambial entre a moeda de apuração dos tributos no México (Peso Mexicano) e a moeda funcional (Dólar Norte Americano).

Ainda no México, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos não possuem trava de recuperação como acontece no Brasil, por outro lado tem decadência após dez anos. A Technocast, S.A de C.V. gerou bases negativas nos últimos 5 anos, em especial nos anos mais impactados pela pandemia da Covid 19. Apesar dos prejuízos passados, as projeções para a planta indicam capacidade de recuperação ainda dentro do período de decadência, desta forma os créditos registrados foram mantidos.

A combinação de negócios pela aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda. trouxe ativo de Imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, no montante de R\$ 139.160 e R\$ 87.217 de diferenças temporais. Da parcela correspondente ao crédito de prejuízos fiscais, R\$ 119.160 serão ressarcidos à vendedora à medida que forem utilizados pela adquirida. Trouxe também passivo diferido da ordem de R\$ 74.378 referente a tributação dos créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS, que acontecerá apenas no momento da utilização. Referido valor será abatido do valor de PIS e COFINS a ser ressarcido a vendedora (nota 8 b).

Em 2023 a Companhia avaliou a capacidade de realização de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social das recém adquiridas MWM Tupy do Brasil Ltda, Tupy Minas Gerais Ltda. e FUNFRAP – Fundação Portuguesa S.A e concluiu pelos reconhecimentos a seguir

- R\$ 61.412 de créditos de base negativa e de diferenças temporais de contribuição social da MWM Tupy do Brasil Ltda.
- R\$ 24.413 de créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da Tupy Minas Gerais Ltda.
- R\$ 10.100 de créditos sobre prejuízos fiscais da FUNFRAP Fundação Portuguesa S.A.

A Companhia efetuou a avaliação de realização dos montantes em aberto, que indica, considerando as circunstâncias atuais e projeções de resultados futuros, capacidade de recuperação. A estimativa de realização futura, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ano	dez/23	dez/23
2024	116.783	190.608
2025	78.697	195.645
2026	47.925	175.654
2027	11.303	101.251
2028	-	107.033
Após	-	134.353
	254.708	904.544

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os créditos e débitos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Saldo inicial	265.839	307.452	657.132	533.900
Efeito no resultado				
Reconhecido no resultado	(11.772)	(3.652)	181.371	50.784
Reconhecido no resultado abrangente	(42.010)	(37.961)	(42.010)	(37.961)
Efeito de conversão para moeda de apresentação	-	-	(15.977)	(4.734)
Efeito patrimonial				
Combinação de negócios	-	-	-	115.143
Saldo final	212.057	265.839	780.516	657.132

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Controladora com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

a. Empresas controladas

Ativo	dez/23	dez/22
Contas a receber	449.779	783.444
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	251.762	334.997
Tupy American Foundry Corporation	91.097	237.497
Tupy Europe GmbH	52.283	100.314
Tupy Materials & Components B.V.	25.017	46.332
MWM Tupy do Brasil	24.116	30.404
Technocast, S.A. de C.V.	1.328	26.212
Tupy Minas Gerais Ltda.	3.746	4.598
Funfrap - Fundação Portuguesa S.A.	430	3.090
Títulos a receber e outros	10.998	-
MWM Tupy do Brasil	10.998	-
	460.777	783.444

Passivo	dez/23	dez/22
Financiamentos e empréstimos	925.915	1.878.936
Tupy Overseas S.A	925.915	1.878.936
Títulos a pagar e outros	17.099	8.598
Tupy Minas Gerais Ltda.	7.273	-
Tupy Europe GmbH	2.671	5.657
Tupy American Foundry Co.	723	2.061
Tupy México Saltillo S.A. de CV	1.520	880
Technocast, S.A. de C.V.	3.616	-
Partes relacionadas (mútuos)	2.489	6.219
Tupy Agroenergética Ltda.	3.785	5.049
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	(1.296)	1.170
	945.503	1.893.753

Demonstração do resultado		2023	2022
Receitas		2.588.708	2.062.104
Tupy American Foundry Corporation		1.028.752	1.111.679
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.		568.675	559.807
Tupy Europe GmbH		434.742	299.379
Tupy Material & Components B.V.		204.893	57.013
MWM Tupy do Brasil Ltda.		334.066	30.011
Tupy Minas Gerais Ltda.		17.580	4.138
Technocast, S.A. de C.V.		-	77
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		58.023	44.220
FUNFRAP – Fundação Portuguesa, S.A		6.765	7.966
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.		9.555	47
Tupy Material & Components B.V.		9.139	-
Tupy Europe GmbH		14.710	4.213
Technocast, S.A. de C.V.		15.421	23.077
Tupy American Foundry Corporation		2.433	7.080
Tupy Minas Gerais Ltda.		-	1.837
Receita (despesa) financeira		(104.726)	(119.583)
Tupy Overseas S.A.		(104.726)	(123.632)
Tupy Minas Gerais Ltda.		-	4.049
		2.542.005	1.986.741

As atividades operacionais das controladas estão divulgadas na nota 2.2.

Os direitos a receber (Nota 4) e as receitas de vendas da Controladora com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias do segmento de transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia. Os valores respeitam as tabelas de preços de vendas praticados pela Companhia e os prazos são de 60 a 90 dias, conforme estabelecido entre as partes. Em 31 de dezembro de 2023 as partes relacionadas não apresentavam títulos em atraso por questões de inadimplência e por isso a Controladora não possui provisão para perda desses recebíveis.

Títulos a pagar e outros referem-se a contas correntes entre as Controladas no exterior e a Controladora basicamente por assistência técnica no segmento de transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia, com prazo de 30 a 60 dias, conforme estabelecido entre as partes.

As condições do empréstimo concedido pela Tupy Overseas S.A. para a Controladora estão divulgadas na nota 17.

As demais operações correspondem a contratos de mútuos a pagar entre controladas no Brasil e a Companhia, com prazo indeterminado, remunerados pela variação da TR – Taxa Referencial.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas referem-se a venda de ativo imobilizado da linha de usinagem do Brasil para as subsidiárias Technocast S.A. de C.V. e Tupy México Saltillo S.A. de C.V.

b. Principais acionistas

A Companhia tem como principais acionistas a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (28,2%) e a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (24,8%).

c. Remuneração dos administradores

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Remuneração Fixa	4.258	4.690	6.511	7.390	10.769	12.080
Remuneração Variável	-	-	4.441	13.287	4.441	13.287
Remuneração baseada em ações	644	317	9.135	4.033	9.779	4.350
	4.902	5.007	20.087	24.710	24.989	29.717

A remuneração global anual, líquida dos encargos sociais, aprovada em AGO para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 50.584 (R\$ 43.219 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Na remuneração global anual está contemplado o montante de R\$ 11.084 (R\$ 11.718 para o exercício de 2022) a título de verba de cessação de cargo.

A remuneração dos administradores estatutários ocorre apenas na Controladora, portanto, não há remuneração nas empresas controladas.

Os valores registrados de remuneração variável da Diretoria Executiva são a título de provisão, em acordo com as metas estabelecidas para o exercício.

Para a remuneração baseada em ações, as informações sobre os Planos de Outorga de Opção de Compra ou de Subscrição de Ações de Emissão da Tupy S.A. (“Plano”), aprovados em abril de 2019 e novembro de 2022, estão divulgadas na nota 26.

A título de benefícios corporativos, os Diretores da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas destes, seguro saúde, seguro de vida, plano de previdência de contribuição definida e indenização por rescisão contratual. Em 31 de dezembro de 2023 estes benefícios totalizaram R\$ 2.356 (R\$ 2.128 no mesmo período do ano anterior).

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração.

d. Outras partes relacionadas

A Controladora participa como patrocinadora na Associação Atlética Tupy, fundação sem fins lucrativos, que desenvolve atividades de lazer e esporte aos funcionários da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu como despesa com patrocínio o montante de R\$ 1.400 (R\$ 1.546 em 31 de dezembro de 2022).

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia possui ativos classificados como propriedades para investimentos, constituídos substancialmente por áreas de terras e florestas, de propriedade da controlada Tupy Agroenergética Ltda. O saldo contábil em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.622 (R\$ 5.694 em 2022), considerando o custo histórico como base para contabilização. O valor justo de realização, conforme avaliação efetuada por empresa especializada, aponta para uma faixa entre R\$ 49.423 (mínimo) e R\$ 91.524 (esperado).

12. INVESTIMENTOS

a. Composição dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill/Mais Valia)	Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2023							
Investimentos em Controladas							
Tupy Materials & Components B.V(**)	5.472.048	2.429.892	41.226	126.350	100,00	130.060	2.435.424
Tupy Minas Gerais Ltda.	923.286	238.414	45.199	(9.337)	100,00	(8.412)	285.878
MWM Tupy do Brasil Ltda.	1.885.778	1.184.514	200.442	189.816	100,00	189.816	1.384.956
Tupy Agroenergética Ltda.	13.866	13.023	-	(1.386)	100,00	(1.386)	13.023
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	10.744	7.051	-	7.927	100,00	7.927	7.051
						318.005	4.126.332

(*) Ajustado pelos lucros não realizados

(**) Controladora das operações de mercado externo

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill/Mais Valia)	Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2022							
Investimentos em Controladas							
Tupy Materials & Components B.V(**)	2.263.297	1.925.027	41.226	146.940	100,00	152.458	1.994.307
Tupy Overseas	2.016.340	39.812	-	38.055	100,00	38.055	39.812
Tupy American Foundry Co.	501.902	208.989	-	16.451	100,00	22.643	201.458
Tupy Europe GmbH	577.236	247.125	-	23.873	100,00	26.193	241.717
Tupy Minas Gerais Ltda.	1.004.077	247.755	45.199	8.023	100,00	8.937	288.305
MWM Tupy do Brasil Ltda.	1.986.782	1.144.005	212.909	11.984	100,00	11.984	1.356.914
Tupy Agroenergética Ltda.	15.079	14.409	-	1.830	100,00	1.830	14.409
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA. - Sofunge "em liquidação"	2.507	(875)	-	(704)	100,00	(704)	(875)
						261.396	4.136.047

(*) Ajustado pelos lucros não realizados

(**) Controladora das operações de México e Portugal

b. Movimentação dos investimentos

Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.402.961
Participação no resultado das controladas	261.396
Variação cambial de investidas no exterior	(168.047)
Aumento de capital Tupy Minas Gerais Ltda.	299.977
Realização de mais valia sobre estoques	(5.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.791.116
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.136.047
Participação no resultado das controladas	318.005
Variação cambial de investidas no exterior	(165.310)
Realização de mais valia	(12.471)
Reestruturação Societária	61
Redução de capital	(150.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.126.332

O resultado da equivalência patrimonial é reconhecido no resultado do exercício e a variação cambial de investidas no exterior é reconhecida no resultado abrangente e compõe o saldo da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Tupy Materials & Components B.V.

Como parte do plano de reestruturação organizacional da Companhia, em 01 de maio de 2023 a participação nas subsidiárias, Tupy Overseas de Luxemburgo e Tupy Europe GmbH da Alemanha foram totalmente integralizados na empresa Tupy Materials & Components. B.V. situada na Holanda.

Em 31 de maio de 2023 a subsidiária Tupy Agroenergética Ltda vendeu para a Controladora sua participação na Tupy Materials & Components B.V., equivalente a 1% do total do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, com a integralização da subsidiária Tupy American Foundry Co, localizada nos Estados Unidos, consolidou-se na Tupy Materials & Components B.V. todas as subsidiárias estrangeiras da Companhia.

d. MWM Tupy do Brasil Ltda.

Em reunião realizada no dia 24 de abril de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou e em 16 de agosto foi efetivada redução de Capital Social da Controlada MWM Tupy do Brasil Ltda., no montante de R\$ 150.000. Referida redução teve como propósito reforçar o caixa da Controladora para quitar compromisso assumido na combinação de negócios.

e. Tupy Minas Gerais Ltda.

Em 31 de março de 2022 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a conversão do mútuo com a Controladora em capital social. Em 01 de abril e 19 de agosto de 2022 foram transferidos, a título de integralização de capital, os montantes de R\$ 100.000 e R\$ 52.233 respectivamente.

13. IMOBILIZADO

a. Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Direito uso de ativos	Imobilizações em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.774.619	369.312	8.948	24.281	6.682	22.001	87.235	2.293.078
Adições	123.579	14.787	-	8.774	1.143	5.562	47.157	201.002
Baixas	(75.380)	(3.255)	-	(2.113)	(2.143)	-	-	(82.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.822.818	380.844	8.948	30.942	5.682	27.563	134.392	2.411.189
Adições	173.334	28.291	-	5.945	1.461	24.884	54.395	288.310
Impairment	11.723	-	-	-	-	-	-	11.723
Baixas	(50.821)	(586)	-	(1.618)	(2)	(26.467)	-	(79.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.957.054	408.549	8.948	35.269	7.141	25.980	188.787	2.631.728
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.427.513)	(193.072)	-	(16.719)	(4.597)	(17.353)	-	(1.659.254)
Depreciação no período	(107.233)	(13.696)	-	(1.714)	(455)	(5.978)	-	(129.076)
Baixas	80.521	1.661	-	1.881	1.905	-	-	85.968
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.454.225)	(205.107)	-	(16.552)	(3.147)	(23.331)	-	(1.702.362)
Depreciação no período	(111.176)	(12.542)	-	(2.359)	(471)	(9.107)	-	(135.655)
Baixas	38.349	159	-	1.130	2	23.893	-	63.533
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.527.052)	(217.490)	-	(17.781)	(3.616)	(8.545)	-	(1.774.484)
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2022	368.593	175.737	8.948	14.390	2.535	4.232	134.392	708.827
Em 31 de dezembro de 2023	430.002	191.059	8.948	17.488	3.525	17.435	188.787	857.244

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Consolidado	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Direito uso de ativos	Imobilizações em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.609.673	1.488.022	143.676	32.050	94.153	92.023	243.110	7.702.707
Combinação de negócios	453.307	81.041	207.230	473	30.286	11.731	356	784.424
Adições	252.937	3.448	-	9.913	9.168	10.512	173.795	459.773
Variação cambial	(231.105)	(65.842)	(5.384)	(323)	(5.027)	(4.642)	(11.428)	(323.751)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(91.365)	(3.565)	-	(2.281)	(2.413)	-	-	(99.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.993.447	1.503.104	345.522	39.832	126.167	109.624	405.833	8.523.529
Adições	319.894	54.554	-	6.585	8.057	63.821	197.419	650.330
Variação cambial	(219.598)	(48.904)	(5.587)	(329)	(3.082)	(4.887)	(20.709)	(303.096)
Impairment	11.723	-	-	-	-	-	-	11.723
Baixas	(72.091)	(597)	-	(2.262)	(3.304)	(32.137)	-	(110.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.033.375	1.508.157	339.935	43.826	127.838	136.421	582.543	8.772.095
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.498.430)	(921.386)	-	(22.054)	(77.671)	(50.637)	-	(5.570.178)
Combinação de negócios	(337.588)	(31.534)	-	(473)	(22.698)	(5.312)	-	(397.605)
Depreciação no período	(252.710)	(39.249)	-	(2.229)	(4.323)	(18.295)	-	(316.806)
Variação cambial	192.942	42.715	-	244	4.654	2.035	-	242.590
Baixas	95.950	1.971	-	2.049	2.802	-	-	102.772
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.799.836)	(947.483)	-	(22.463)	(97.236)	(72.209)	-	(5.939.227)
Depreciação no período	(273.277)	(38.545)	-	(3.165)	(6.898)	(28.002)	-	(349.887)
Variação cambial	180.440	33.782	-	202	2.768	3.284	-	220.476
Baixas	58.593	163	-	1.396	305	28.799	-	89.256
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.834.080)	(952.083)	-	(24.030)	(101.061)	(68.128)	-	(5.979.382)
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2022	1.193.611	555.621	345.522	17.369	28.931	37.415	405.833	2.584.302
Em 31 de dezembro de 2023	1.199.295	556.074	339.935	19.796	26.777	68.293	582.543	2.792.713

Imobilizações em andamento contemplam vários investimentos na sustentação da capacidade, meio ambiente, segurança do trabalho, projetos de ampliação da capacidade de usinagem nas plantas mexicanas e desenvolvimento de projetos estratégicos.

b. Impairment de ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou indicadores de recuperabilidade de seus ativos e não identificou a necessidade de reconhecimento de perda no exercício. Parte dos ativos da planta desativada de Mauá – SP, que estava com provisão de *impairment* constituída, foi direcionada para as plantas de Joinville – SC e de Betim – MG, desta forma R\$ 11.723 foi revertido.

c. Depreciação

A Companhia deprecia o imobilizado pelo método linear, utilizando as vidas úteis médias baseadas em laudo elaborado por especialistas, demonstradas a seguir:

Consolidado	Vida útil média
Máquinas, instalações e equipamentos	18 anos
Edificações	41 anos
Veículos	5 anos
Móveis, utensílios e outros	14 anos

d. Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o período de construção, para os ativos qualificáveis.

O montante registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 12.563 (R\$ 7.175 durante o exercício de 2022).

e. Garantias

Bens do ativo imobilizado da Companhia, no montante de R\$ 698 (R\$ 2.665 em 31 de dezembro de 2022), estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos com vencimento em janeiro de 2025, representando 120% do saldo em aberto. E, como garantia a processos tributários, o montante de R\$ 5.895 (R\$ 5.895 em 31 de dezembro de 2022), pelo valor do custo original do bem.

f. Valores segurados

Os ativos imobilizados estão segurados contra incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. (nota 34)

g. Transações que não impactaram no caixa

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Os montantes destas transações somaram R\$ 27.584 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 23.919 em 31 de dezembro de 2022).

14. INTANGÍVEIS

Controladora	Software	Projetos próprios	Projetos em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33.979	3.896	10.731	48.606
Aquisição/custos	6.713	1.182	3.336	11.231
Transferências	-	1.717	(1.717)	-
Amortização	(9.432)	(2.009)	-	(11.441)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.260	4.786	12.350	48.396
Aquisição/custos	11.079	1.545	5.729	18.353
Amortização	(9.964)	(2.451)	-	(12.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.375	3.880	18.079	54.334

Consolidado	Software	Relacionamento contratual com clientes	Ágio (Goodwill)	Marca	Projetos próprios	Projetos em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	49.842	19.697	41.226	-	3.896	10.731	125.392
Combinação de negócios	3.353	-	-	31.354	-	-	34.707
Aquisição/custos	21.335	-	-	-	1.182	3.336	25.853
Transferência	-	-	-	-	1.717	(1.717)	-
Baixas	(1.852)	-	-	-	-	-	(1.852)
Variação cambial	671	(1.913)	-	-	-	-	(1.242)
Amortização	(11.952)	(17.784)	-	-	(2.009)	-	(31.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61.397	-	41.226	31.354	4.786	12.350	151.113
Aquisição/custos	16.650	-	-	-	1.545	5.729	23.924
Baixas	(87)	-	-	-	-	-	(87)
Variação cambial	(1.197)	-	-	-	-	-	(1.197)
Amortização	(14.202)	-	-	-	(2.451)	-	(16.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.561	-	41.226	31.354	3.880	18.079	157.100

a. Software

Composto basicamente por licença para sistema integrado de gestão empresarial (ERP), implantado em 1º de julho de 2015. A amortização está sendo realizada, de forma linear, em 10 anos.

b. Relacionamento contratual de clientes

O relacionamento contratual era oriundo da aquisição da Tupy México S.A., de C.V. e da Technocast S.A., de C.V. em 16 de abril de 2012 e foi valorada com base na expectativa mínima de manutenção da carteira de clientes, considerando volumes de venda praticados em períodos anteriores à aquisição, bem como com as perspectivas de mercado disponíveis à época.

A valoração foi realizada mediante aplicação da metodologia MEEM (“*Multi-period excess earnings method*”), que compreendeu período de 10 anos, que significa o prazo mínimo projetado para a manutenção do relacionamento comercial com os clientes absorvidos. A amortização foi efetuada de forma linear até abril de 2022, data em que encerrou o período de 10 anos.

c. Ágio (*goodwill*)

Intangível representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e montante líquido do valor justo dos ativos e passivos das controladas Tupy México Saltillo S.A., de C.V. e Technocast S.A., de C.V., gerado substancialmente por sinergias esperadas.

O ágio (*goodwill*) é alocado às controladas Tupy México Saltillo S.A., de C.V. e Technocast S.A., de C.V., que são consideradas como duas unidades geradoras de caixa (UGC) e ambas pertencentes ao segmento de transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia.

Anualmente é verificada a existência de *impairment* do ágio registrado através da determinação do valor recuperável de uma UGC.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa livre descontado, pós-tributos sobre o lucro e despesas de capital, baseadas em projeções de orçamentos financeiros em termos reais (sem inflação) aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao exercício de cinco anos foram perpetuados com base no fluxo de caixa do quinto ano. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2023 são as que seguem:

- as receitas foram definidas de acordo com projeções de demanda por cliente nos próximos cinco anos;
- a administração determinou as margens operacionais com base no desempenho histórico e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado; e
- taxa de desconto em termos reais de 7,33% a.a., que reflete os riscos da Companhia.

Efetuada análise de sensibilidade para determinar o impacto na mudança de sua principal variável, a taxa de desconto, considerando um aumento de 1p.p. Referida análise não encontrou valor inferior ao custo contábil dos investimentos, de modo que a Companhia não identificou necessidade de ajuste de *impairment* sobre o ágio registrado.

d. Marca

Valor atribuído à marca MWM gerado na combinação de negócios em função da aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda., considerada como intangível de vida útil indefinida.

15. TÍTULOS A RECEBER, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OUTROS

Títulos a receber e outros	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Mercado Interno	53.434	57.293	85.463	86.373
Mercado Externo	-	-	41.645	82.248
	53.434	57.293	127.108	168.621

Títulos a receber e outros são compostos por adiantamentos para importação e para empregados, despesas pagas antecipadamente e outras contas a receber não relacionadas a operação.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Mercado Interno	422.914	473.064	716.451	851.219
Mercado Externo	46.073	58.418	461.247	746.318
Subtotal	468.987	531.482	1.177.698	1.597.537
Operações de risco sacado	89.576	75.252	198.076	84.909
Total	558.563	606.734	1.375.774	1.682.446

As variações ocorridas no período refletem o menor nível de atividade em relação ao fechamento de 2022, a deflação de materiais acumulada no período e pela valorização do Real frente ao Dólar norte americano que passou de R\$ 5,2177 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia possui contratos firmados com o Banco do Brasil S.A., Banco Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A. para estruturar, com os seus principais fornecedores, operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras, que, por sua vez, se tornam credores da operação. Mais detalhes sobre essas operações estão incluídos na nota 2.6 (g).

17. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Controladora				
	Vencimento	Taxa efetiva	dez/23	dez/22
Moeda Nacional				
(a) Financiadora de estudos e projetos – FINEP	Jul/2032	10,20% a.a.	37.678	37.299
Finame (PSI)	Jan/2025	6,02% a.a.	582	2.221
Arrendamentos Direito Uso de Ativos			18.566	4.396
			1.398.063	1.878.936
Moeda Estrangeira				
(b) Pré-pagamento de exportações - Tupy Overseas	Jul/2024	VC + 6,78% a.a.	925.915	1.878.936
(c) Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	Set/2024	VC + 6,43% a.a.	378.285	-
(d) BNDES - Exim	Ago/2028	VC + 5,58% a.a.	93.863	-
Parcela circulante			1.314.072	62.021
Parcela não circulante			140.817	1.860.831
			1.454.889	1.922.852

Consolidado				
	Venc.	Taxa efetiva	dez/23	dez/22
Moeda Nacional				
(a) Financiadora de estudos e projetos – FINEP	Jul/2032	10,20% a.a.	37.678	37.299
Finame (PSI)	Jan/2025	5,80% a.a.	737	2.475
(e) Nota de Crédito a Exportação - NCE	Fev/2025	CDI + 1,59% a.a.	340.814	428.331
Arrendamentos Direito Uso de Ativos			32.246	10.634
			2.343.688	2.002.282
Moeda Estrangeira				
(f) Senior Unsecured Notes - US\$375.000	Fev/2031	VC + 4,5% a.a.	1.833.352	1.974.325
(c) Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	Set/2024	VC + 6,43% a.a.	378.285	-
(d) BNDES - Exim	Ago/2028	VC + 5,58% a.a.	93.863	-
Arrendamentos Direito Uso de Ativos			38.188	27.957
Parcela circulante			621.838	238.505
Parcela não circulante			2.133.325	2.242.516
			2.755.163	2.481.021

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas específicas a cada operação.

a) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Trata-se de financiamento para projetos de inovação obtido junto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), contratado em 14 de julho de 2022. O valor total da linha de crédito é de R\$ 103.000.

Em 06 de setembro de 2022 foi liberado o montante de R\$ 37.080, com prazo médio de 10 anos e taxa de juros de 10.20% ao ano. Os recursos têm custos baseados na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

As garantias são compostas por fiança bancária contratada junto ao Banco Bradesco S.A.

b) Pré-pagamento de exportações – Tupy Overseas S.A.

Em julho de 2023 a Controladora iniciou um plano de amortização mensal do valor principal. Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram pagos USD 165.000, equivalentes a R\$ 806.636. Além disso, foram pagos no mesmo período R\$ 122.681 em juros (R\$ 131.048 em 2022). O impacto positivo da variação cambial sobre o montante a pagar resultou em receita de R\$ 69.258 (receita de R\$ 126.617 no mesmo período do ano anterior).

Para cumprir com o fluxo de pagamento, que vencerá integralmente em julho de 2024, a Controladora buscará recursos nos moldes adotados e indicados nos itens c) e d) abaixo.

c) Adiantamento de contrato de câmbio – ACC

Em outubro e dezembro de 2023, a Controladora contratou empréstimos junto ao Banco do Brasil S.A., no montante de USD 75.000, equivalentes a R\$ 373.915. Esses empréstimos têm vencimentos em outubro e dezembro de 2024, com amortização de juros trimestralmente e pagamento do principal no vencimento da operação, sendo atualizado pela variação cambial da moeda mais 6,43% ao ano. Para cobrir essa exposição cambial foi realizada uma operação de *swap* com o custo de 100,25% do CDI (nota 37 b).

Os passivos financeiros estão sendo avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

d) BNDES – Exim

Em agosto de 2023, a Controladora obteve uma linha de crédito BNDES-Exim com o Banco Itaú S.A., no valor principal de USD 18.330, equivalentes a R\$ 89.666. Esta operação tem vencimento em 15 agosto de 2028, com liquidação de juros trimestralmente e amortização do principal no vencimento da operação, sendo atualizado pela variação cambial da moeda mais 5,58% ao ano. Para proteção dessa exposição cambial, foi realizado uma operação de *swap* com o custo de 108,5% do CDI (nota 37 b).

Os passivos financeiros estão sendo avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

e) Nota de crédito à exportação – NCE

Em 11 de fevereiro de 2022, a subsidiária Tupy Minas Gerais Ltda. contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., no montante de R\$ 405.000, com atualização pela variação do CDI + 1,62% ao ano. Nos meses de fevereiro e agosto de 2023, somados, R\$ 162.000 foram amortizados.

Em fevereiro de 2023 a mesma subsidiária contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., no montante de R\$ 81.000, com atualização pela variação do CDI + 1,5% ao ano. Esta operação será amortizada em parcela única em 10 de fevereiro de 2025.

Essas contratações não incluem *covenants*.

f) Senior Unsecured Notes – US\$ 375.000

Em fevereiro de 2021 a Companhia concluiu a emissão de títulos de dívida (“emissão”) no mercado internacional, por meio de sua controlada Tupy Overseas S.A., garantidos pela Controladora, no montante de US\$ 375.000 equivalentes a R\$ 2.018.063, com amortização única em fevereiro de 2031. Os juros, ao cupom de 4,50% ao ano, serão pagos semestralmente nos meses de fevereiro e agosto. Os recursos provenientes da Emissão foram utilizados para pagamento de dívida, *Senior Unsecured Notes* US\$ 350.000 emitido pela subsidiária Tupy Overseas em 2014. As *Senior Unsecured Notes* contam com garantia integral e solidária da Companhia.

Em fevereiro e agosto de 2023 houve pagamentos de juros no montante de R\$ 85.009. Devido à valorização do real frente ao dólar norte-americano, o montante em aberto foi reduzido em R\$ 141.150. Em comparação ao mesmo período no ano anterior, houve pagamentos de juros no montante de R\$ 87.015 e o impacto da variação cambial resultou em uma redução do montante em aberto em R\$ 136.050.

A Emissão possui *covenants*, com medição anual, tendo como principal indicador financeiro, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e a Companhia, em 31 de dezembro de 2023, atende todos os critérios estabelecidos. Em caso de descumprimento poderia resultar no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados a manutenção das atividades produtivas; e (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia.

Adicionalmente, são aplicáveis à Emissão *covenants* não financeiros, sendo a principal medida não financeira que poderia resultar no vencimento antecipado da Emissão é a mudança de controle da Companhia que reduza a classificação externa de risco (*rating*).

g) Valor justo de empréstimos e financiamentos

A Companhia calcula o valor justo dos seus empréstimos e financiamentos (nível 2 da hierarquia), através do desconto dos fluxos futuros de pagamentos destes, pelas curvas, taxas de juros e moedas observáveis no mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo era de R\$ 2.317.438 (R\$ 2.024.102 em 31 de dezembro de 2022).

h) Vencimentos de longo prazo

Ano	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
2023	-	164	-	1.306
2024	-	1.823.426	-	181.419
2025 - 2030	131.442	28.841	316.562	109.841
2031	4.687	5.238	1.807.629	1.946.789
2032	4.688	3.162	9.134	3.161
	140.817	1.860.831	2.133.325	2.242.516

18. DEBÊNTURES

Em 06 de setembro de 2022 a Companhia concluiu a 4ª emissão de debêntures no montante de R\$ 1.000.000. O saldo será amortizado em 02 (duas) parcelas anuais consecutivas a vencer em 06 de setembro de 2026 e de 2027, com juros semestrais de CDI + 1,5%a.a.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 6.515 e estão sendo amortizados mensalmente pela duração da operação.

Debêntures	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Curto Prazo	41.095	45.798	41.095	45.798
Longo Prazo	994.423	993.060	994.423	993.060
	1.035.518	1.038.858	1.035.518	1.038.858

O recurso líquido captado por meio da Oferta Restrita foi destinado para financiamento da aquisição de 100% (cem por cento) das quotas de emissão da MWM Tupy do Brasil Ltda. conforme combinação de negócios ocorria em 01 de dezembro de 2022.

Em março e setembro de 2023 houve pagamentos de juros no montante de R\$ 147.008, que por sua natureza está divulgado na demonstração de fluxo de caixa da Companhia como atividade de financiamento.

As debêntures são simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

As debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular, não oferecendo privilégio algum sobre o ativo da Emissora para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, ou seja, sem qualquer preferência, concorrendo os Debenturistas em igualdade de condições com os demais credores quirografários, em caso de falência da Emissora.

19. TRIBUTOS A PAGAR

Tributos a pagar	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.121	26.402	71.178	153.359
Demais tributos a pagar	5.377	4.493	39.624	40.189
	24.498	30.895	110.802	193.548

A redução em relação a dezembro de 2022 se deve, substancialmente, a menor provisão de imposto de renda e contribuição social.

20. OBRIGAÇÕES DE COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

A aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda. ("MWM") gerou várias contas a pagar para a controladora anterior, Navistar International Corporation, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	73.290	243.132	73.290	243.132
Impostos a Recuperar (notas 7)	100.345	94.381	100.345	94.381
Imposto de renda diferido (nota 9)	119.161	119.160	119.161	119.160
Ajuste capital de giro	890	43.400	890	43.400
Ressarcimento dívida CSLL	(76.966)	(84.466)	(76.966)	(84.466)
Outros	-	(3.100)	-	(3.100)
	216.720	412.507	216.720	412.507
Parcela circulante	163.644	304.739	163.644	304.739
Parcela não circulante	53.076	107.768	53.076	107.768
	216.720	412.507	216.720	412.507

- Caixa e equivalentes de caixa: valores assumidos na data da transação com compromisso de devolução para o controlador anterior, sem atualização monetária, em prazo previamente acordado de até 135 dias, posteriormente prorrogado em comum acordo entre as partes. No dia 29 de setembro de 2023, mediante acordo parcial entre as partes, R\$ 169.785 foram

devolvidos. Em 31 de janeiro de 2024 o acordo definitivo foi firmado entre as partes e o saldo remanescente de R\$ 73.290 foi pago em 1º de fevereiro de 2024.

- Impostos a recuperar: são créditos e PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo, para os quais, à medida que forem realizados pela MWM, serão pagos pela Tupy S.A. ao controlador anterior, líquido dos impactos tributários. O acréscimo se deve a ajuste na tributação pela contribuição social. A estimativa da Companhia é de que R\$ 76.565 sejam pagos ao longo do ano de 2024.
- Imposto de renda diferido: são créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais para os quais, à medida que forem realizados pela MWM, serão pagos pela Tupy S.A. ao controlador anterior. A estimativa da Companhia é de que R\$ 12.879 sejam pagos ao longo do ano de 2024.
- Ajuste de capital de giro: corresponde a variação encontrada entre o capital de giro presente na data do fechamento, 31 de julho de 2021 e a data do *closing*. Referido valor representava a melhor estimativa na data do *closing*. Após avaliação entre as partes, em comum acordo, o ajuste foi reduzido para R\$ 890, liquidado a favor da vendedora em 1º de fevereiro de 2024
- Ressarcimento dívida CSLL: corresponde à potencial contingência de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, em função da não tributação das receitas de exportação da MWM no período de 01 de janeiro de 2018 a 30 de novembro de 2022. Caso a contingência se converta em efetiva dívida da MWM Tupy do Brasil Ltda., esta será de inteira responsabilidade da vendedora Navistar International Corporation, que reembolsará a Tupy S.A. pelo valor total desembolsado pela MWM, em conformidade com as condições previstas no instrumento contratual firmado entre as partes.

21. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Salários	26.869	37.515	43.673	64.798
Provisão de férias e 13º salário	67.217	75.979	157.125	157.985
Encargos sociais	24.695	21.477	73.581	60.080
Programa de participação no resultado	69.457	88.501	103.571	142.990
Previdência privada	1.157	575	1.157	575
	189.395	224.047	379.107	426.428

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia é proporcional ao exercício aquisitivo e está atrelado a índices econômico/financeiros e operacionais e metas de desempenho individuais. A Companhia possui plano opcional de previdência privada para todos os empregados no Brasil. A modalidade do plano é o de contribuição definida onde para cada valor contribuído por empregado, limitado a percentual estabelecido sobre a folha de pagamento, a Companhia contribui com igual valor.

22. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Ferramentais	35.000	18.149	148.556	108.974
Capital de Giro	-	-	99.702	86.018
	35.000	18.149	248.258	194.992

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais de clientes que serão utilizados no processo produtivo e por adiantamento de capital de giro do contrato de manufatura de motores da subsidiária MWM Tupy do Brasil Ltda.

23. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E SAÚDE

As operações no México possuem obrigações de benefícios definidos. O objetivo dos planos é oferecer aos funcionários benefícios de aposentadoria, adicionais e complementares aos prestados por outros planos de aposentadoria ou pensão, públicos ou privados, adicionalmente a legislação mexicana também prevê outros benefícios definidos de prêmio por antiguidade e indenização legal.

A recém adquirida MWM Tupy do Brasil Ltda. concede plano assistência médica aos seus funcionários, na modalidade de pré-pagamento e os prêmios são por faixa etária. Os atuais funcionários (futuros aposentados) realizam contribuição fixa para o plano médico, sendo, portanto, elegíveis a permanecerem nos planos após a aposentadoria.

Os valores contabilizados para os dois planos foram baseados em laudos elaborados por empresas especializadas.

Consolidado		
Obrigações registradas no balanço patrimonial	dez/23	dez/22
Benefícios de planos previdenciários		
Plano de pensão	16.724	15.504
Outros benefícios a empregados		
Benefícios pós emprego	20.208	19.132
Prêmio por antiguidade	29.832	24.846
Indenização legal	37.807	31.885
	104.571	91.367

24. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas possuem processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.

As movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas, bem como os respectivos saldos estão compostos da seguinte forma:

Controladora						
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Previdenciárias	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	41.288	73.153	70.870	8.341	(9.693)	183.959
Combinação de negócios	43.600	25.000	-	-	-	68.600
Adições (reversões)	194	9.061	504	139	380	10.278
Atualização	3.629	(6.336)	25.837	229	-	23.359
Remuneração	-	-	-	-	(445)	(445)
Pagamentos	(7.636)	(202)	(36.537)	-	-	(44.375)
Resgates	-	-	-	-	3.070	3.070
Saldo em 31 de dezembro de 2022	81.075	100.676	60.674	8.709	(6.688)	244.446
Adições	-	64.561	-	-	-	64.561
Atualização	(6.258)	10.432	46.238	394	-	50.806
Reversão	(7.076)	(26.847)	-	-	-	(33.923)
Remuneração	-	-	-	-	(136)	(136)
Pagamentos	(88)	(8.850)	(55.508)	-	-	(64.446)
Resgates	-	-	-	-	1.647	1.647
Saldo em 31 de dezembro de 2023	67.653	139.972	51.404	9.103	(5.177)	262.955
Parcela circulante						14.598
Parcela não circulante						248.357
						262.955

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Consolidado

	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Previdenciárias	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.000	75.322	111.590	8.341	(23.045)	217.208
Combinação de negócios	46.700	128.640	29.081	-	(16.093)	188.328
Adições (reversões)	223	9.061	11.566	139	121	21.110
Atualização	3.710	(6.334)	23.771	689	-	21.836
Remuneração	-	-	-	-	485	485
Pagamentos	(7.961)	(202)	(40.023)	-	-	(48.186)
Resgates	-	-	-	-	3.361	3.361
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.672	206.487	135.985	9.169	(35.171)	404.142
Adições	3.491	64.664	25.379	-	(61)	93.473
Atualização	(5.516)	9.116	36.390	377	-	40.367
Reversão	(7.076)	(26.847)	-	-	-	(33.923)
Remuneração	-	-	-	-	(136)	(136)
Pagamentos	(41)	(9.062)	(78.710)	(443)	(9.262)	(97.518)
Resgates	-	-	-	-	14.018	14.018
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78.530	244.358	119.044	9.103	(30.612)	420.423
Parcela circulante						14.598
Parcela não circulante						405.825
						420.423

Em geral, as provisões da Companhia são de longo prazo. Considerando os ritos dos processos judiciais e administrativos no sistema judiciário brasileiro, há dificuldades em estimar com precisão o prazo para desfecho de tais contingências e, por esse motivo, se houver em definitivo a necessidade de fazê-lo, não há como estabelecer previsibilidade de desembolsos.

As provisões acima descritas são atualizadas, principalmente, pela variação da taxa SELIC e IGPM e seus reflexos no resultado do período constam na nota 30.

a. Cíveis

O valor da provisão para causas cíveis, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 78.530, dos quais R\$ 46.700 foram assumidos na combinação de negócios ocorrida em 01 de dezembro de 2022 e os demais valores estão relacionados a honorários de êxito em processos judiciais.

b. Processos de natureza tributária

Trata-se de provisões relacionadas a processos administrativos fiscais que versam sobre parâmetros de apuração e determinados creditamentos adotados pela Companhia em relação aos tributos ICMS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL e tributos em operações com partes relacionadas.

A principal variação em relação as contingências tributárias foi a alteração do prognóstico de perda, de possível para provável, de processo cujo montante atualizado representa R\$ 66.994, correspondente a execução fiscal que tem por objeto suposta irregularidade na apuração do Lucro Real e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do ano-calendário de 2007, pelo aproveitamento integral do prejuízo fiscal e base negativa da Tupy Fundições Ltda., por ocasião da incorporação pela Tupy S.A. A Companhia defende que compensação integral era permitida, nas hipóteses de encerramento ou incorporação da empresa, pela legislação tributária e pela jurisprudência do antigo Conselho de Contribuintes – atual CARF.

c. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados individualmente, ou ações coletivas movidas por sindicatos, em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

d. Processos de natureza previdenciária

As provisões previdenciárias estão relacionadas a supostos débitos decorrentes de divergências entre a declaração das contribuições previdenciárias (GFIP) e o respectivo pagamento (GPS). Tais divergências decorrem de valores questionados pela Companhia e foram devidamente depositados em juízo.

CONTINGÊNCIAS COM PROBABILIDADE DE PERDAS POSSÍVEIS

As contingências passivas cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, nos termos da avaliação da Administração em conjunto com os assessores jurídicos externos da Companhia, são descritas no quadro demonstrativo a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Processos de IRPJ e CSLL	79.137	181.199	79.510	181.571
Créditos de PIS, COFINS e IPI	163.828	175.063	163.828	175.063
Créditos de ICMS	525.726	493.113	525.726	493.113
Débitos fiscais prescritos	147.690	144.261	147.690	144.261
Créditos Reintegra	41.552	40.334	41.552	40.334
Processos de natureza previdenciária	127.554	86.965	127.554	86.965
Processos de natureza trabalhista	74.225	87.887	164.450	223.455
Processos de natureza cível e outros	2.883	71.223	17.137	71.524
	1.162.595	1.280.045	1.267.447	1.416.286

As contingências possíveis de natureza tributária e cíveis da adquirida MWM, em montante estimado de R\$ 412.627 não estão sendo reportadas no quadro acima considerando que a obrigação da Companhia está limitada a R\$ 68.600. Referido valor foi reconhecido na Controladora e na hipótese de materialização das contingências na MWM Tupy do Brasil Ltda. (montante acima), referido passivo será restituído pela controladora anterior da MWM, nos termos do contrato de compra e venda firmado entre a Tupy S.A. e NAVISTAR.

Exceto quando descrito de modo diverso nos itens a seguir, as variações das contingências entre os exercícios de 2023 e 2022 decorreram de atualização monetária.

i. Processos de IRPJ e CSLL

Processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a determinação do lucro tributável, a utilização do IRPJ estimativa, bem como a compensação de impostos pagos por controladas no exterior. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de forma adequada. A principal variação foi a alteração do prognóstico de perda - de possível para provável de processo cujo montante atualizado representa R\$ 66.002, correspondente a execução fiscal que tem por objeto suposta irregularidade na apuração do Lucro Real e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do ano-calendário de 2007, pelo aproveitamento integral do prejuízo fiscal e base negativa da Tupy Fundições Ltda., por ocasião da incorporação pela Tupy S.A. A Companhia defende que compensação integral era permitida, nas hipóteses de encerramento ou incorporação da empresa, pela legislação tributária e pela jurisprudência do antigo Conselho de Contribuintes – atual CARF.

ii. Créditos de PIS e COFINS

Processos administrativos e judiciais nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia, na maior parte dos casos, pela: (i) utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 e 2011; e (ii) apropriação de créditos extemporâneos. A Companhia apresentou defesas administrativas e judiciais demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.

O processo mais relevante versa sobre o indeferimento, pela RFB, de compensações de débitos de IRPJ, CSLL, IPI, PIS e COFINS com créditos oriundos de ação judicial transitada em julgado, que declarou a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo da COFINS, pela Lei nº 9.718/98, sob o pretexto de que: (a) o crédito apurado pela Companhia supostamente extrapolaria a decisão judicial; e (b) o crédito se originaria de compensações não homologadas. Valores envolvidos correspondem a R\$ 54.012, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 51.100 em 31 de dezembro de 2022).

iii. Créditos de ICMS

Processos administrativos e judiciais, de iniciativa dos fiscos estaduais de São Paulo e de Santa Catarina, dos anos de 2008 a 2021, nos quais são questionados determinados creditamentos de ICMS realizados pelos estabelecimentos de Mauá e de Joinville com destaques para.

- Processo administrativo fiscal que versa sobre a exigência do Estado de Santa Catarina em face da Companhia, do pagamento de ICMS acrescido de multa e juros, referente à: (i) supostas apropriações indevidas de crédito; (ii) não recolhimento de imposto (Difal) em operações tributáveis; (iii) incorreções/omissões em lançamentos efetuados na Escrituração Fiscal Digital, entre o período de maio de 2017 e dezembro de 2021, sob o fundamento de que créditos de ICMS teriam sido indevidamente apropriados por se tratarem de bens destinados ao uso e consumo do estabelecimento. A Companhia sustenta e apresentou evidências que demonstram que os créditos se referem a produtos intermediários utilizados na consecução da atividade-fim da Companhia. Os débitos atualizados em 31 de dezembro de 2023, representam o montante de R\$ 311.096 (em 31 de dezembro de 2022 R\$ 291.200).
- Auto de infração lavrado pela Sefaz/SP em razão de suposta ilegalidade na transferência de saldo credor do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (“ICMS”), entre as unidades de São Paulo e Mauá. A Companhia defende no processo administrativo que a transferência era permitida pela legislação, visto que ocorreu após: (a) o encerramento da centralização de apuração do ICMS na unidade de São Paulo; e (b) conclusão dos movimentos da incorporação da Tupy Fundições Ltda. pela Tupy S.A. Por fim, evidencia-se o manifesto descumprimento à legislação tributária pelo fisco paulista ao glosar o saldo credor de ICMS transferido, exigi-lo como se devido fosse e impor multa alegando o registro indevido do saldo credor. Os débitos atualizados representam R\$ 150.490, em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 141.300, em 31 de dezembro de 2022.

Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária.

iv. Débitos fiscais prescritos

Cobranças fiscais administrativas e judiciais promovidas pela União relativas a supostas compensações de débitos com Crédito-Prêmio de IPI. A Companhia está se defendendo, no âmbito administrativo e judicial, arguindo a prescrição dos referidos débitos, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores.

O processo mais relevante tem por objeto a restituição de Crédito-Prêmio de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”), cujo direito foi reconhecido, entre janeiro e abril de 1985, em decisão judicial transitada em julgado exarada na Ação Ordinária nº 87.0000671-8. Diante das decisões adversas da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (“DRJ”) e, mais recentemente, do CARF, pode-se

inferir que o presente processo representa potencial contingência passiva relativamente às compensações que foram realizadas com o crédito objeto do referido processo (que não foram homologadas pela RFB). Enquanto parcela desses débitos foi quitada na anistia fiscal da Medida Provisória nº 470/2009 (“MP470”), outra parte dos débitos não foi incluída por serem considerados prescritos à época da adesão da anistia. Os débitos atualizados representam R\$ 128.629 em 31 de dezembro de 2023, e R\$ 124.700, em 31 de dezembro de 2022.

v. Créditos Reintegra

Contemplam processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a utilização de créditos provenientes do adicional de Reintegra, oriundos do período entre 2015 e 2018, para compensação com outros débitos apurados durante o ano de 2020.

vi. Processos de natureza previdenciária

Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2023, de iniciativa da Receita Federal do Brasil, preponderantemente relacionados à contribuição previdenciária denominada Risco Ambiental do Trabalho, bem como relacionados à supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia demonstra que os procedimentos fiscais adotados estão em plena consonância com a legislação tributária.

A variação, além do efeito da variação monetária, se refere a débitos previdenciários excluídos de anistia fiscal pelo fisco federal.

Processo mais relevante trata-se de execução fiscal que tem por objeto a cobrança de adicional de Riscos Ambientais do Trabalho (“adicional de RAT”), por suposta exposição de empregados a ruídos acima dos níveis de tolerância. A Companhia sustenta e evidencia em ação anulatória, que os ruídos a que seus empregados estão expostos, com o uso dos equipamentos de proteção individual (“EPI”), estão dentro dos níveis permitidos, e o uso da proteção eficaz inibe efeitos os extra-auditivos suscitados pelo fisco, em conformidade com os laudos técnicos apresentados nos autos. Os valores envolvidos correspondem à R\$ 65.442, atualizado até 31 de dezembro de 2023 (R\$ 62.800, atualizado até 31 de dezembro de 2022).

vii. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados e ex-representante comercial em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

A variação decorre de novas ações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados em desfavor da Companhia, de alteração de probabilidade de perda de processos já existentes refletindo o status dos processos e de atualizações de valores das contingências. A redução em relação ao valor informado em 31 de dezembro de 2022 se deve a melhor mensuração dos processos da Controlada Tupy MWM do Brasil Ltda. onde vários casos foram classificados como perda remota.

viii. Processo de natureza cível

Os processos cíveis versam, em geral, sobre controvérsias com ex-fornecedores da Companhia.

25. TÍTULOS A PAGAR E OUTROS

Títulos a pagar e outros	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Mercado Interno	30.010	13.530	113.794	99.404
Mercado Externo	8.264	14.495	70.347	82.044
	38.274	28.025	184.141	181.448

Títulos a pagar e outros são compostos, principalmente, por provisões de serviços contratados com terceiros e de despesas operacionais relacionadas com problemas de qualidade dos produtos da Companhia.

26. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

a) Capital social

Composição do Capital Social em quantidade de ações	dez/23		dez/22	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas não controladores				
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.	40.645.370	28,2%	40.645.370	28,2%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.	35.814.154	24,8%	35.814.154	24,8%
Trígono Capital Ltda	14.477.100	10,0%	14.477.100	10,0%
Demais acionistas	52.816.014	36,7%	52.984.315	36,8%
Administradores	240.862	0,2%	236.028	0,2%
Ações em tesouraria	184.000	0,1%	20.533	0,0%
Total de ações em circulação	144.177.500	100,0%	144.177.500	100,0%

O capital autorizado é limitado a R\$1.200.000, representado por ações ordinárias escriturais nominativas, sem valor nominal.

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

b) Recompra de ações

Em 12 de novembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura do programa de recompra de ações para atendimento ao programa de incentivo de longo prazo. O prazo máximo para aquisição foi 14 de maio de 2025 e o limite de ações para recompra foi de 4.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão.

	Quantidade de opções		
	Valor (R\$ mil)	Quantidade de ações	Valor médio por ação
Posição em 31 de dezembro de 2021	5	300	16,97
Recompra de ações no exercício (i)	1.819	77.556	23,45
Utilizadas no período do plano de remuneração em ações (ii)	(1.373)	(57.373)	23,93
Posição em 31 de dezembro de 2022	451	20.483	22,02
Recompra de ações no exercício (i)	12.181	481.627	25,29
Utilizadas no período do plano de remuneração em ações (ii)	(9.020)	(368.110)	24,50
Posição em 31 de dezembro de 2023	3.612	134.000	26,96

(i) Corresponde a recompras efetuadas no exercício com o objetivo de lastrear o plano de Incentivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo “Programa para a outorga de opções de compra de ações”.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 3.664.900,00.

c) Planos de Opção de compra de ações

A Companhia possui atualmente dois planos de incentivos de longo prazo em aberto. Os planos de opções da Companhia têm como objetivos principais (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia, (iii) motivar e reconhecer os participantes, (iv) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; e (v) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da Companhia.

Outorgas 2019 a 2021

Em abril de 2019, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente ou diretor da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP).

A quantidade de unidades concedidas é o resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão.

A quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em Ações de posse do beneficiário ao final do período de carência (3 anos) depende de dois critérios de performance:

- Absoluta: 50% das unidades, se baseia no TSR – *Total Shareholder Return* real da Companhia, isto é, incremental ao IPCA;
- Relativa: 50% das unidades, se baseia no TSR – *Total Shareholder Return* da Companhia em comparação a um grupo de empresas selecionadas.

Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas, após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado o atingimento dos critérios acima.

	Quantidade de opções				
	Outorgas	Exercício	Cancelamentos	Opções de ações em circulação	Opções de ações exercíveis
Outorga concedida em 11.04.2019	288.029	(67.009)	(221.020)	-	-
Outorga concedida em 11.04.2020	369.483	(369.483)	-	-	-
Outorga concedida em 11.04.2021	324.418	-	-	324.418	-
Posição em 31 de dezembro de 2023	981.930	(436.492)	(221.020)	324.418	-

Outorgas 2022 a 2024:

Em abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente, diretor e gerente da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP).

A quantidade de unidades concedidas é o resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão.

A quantidade de unidades a serem outorgadas serão divididas entre unidades de ações restritas e unidades de ações por performance, que será determinada pelo Conselho de Administração a cada outorga. Bem como, os conceitos e metodologias a serem utilizados no cálculo.

Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas, após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado o atingimento dos critérios de cada outorga.

	Quantidade de opções				
	Outorgas	Exercício	Cancelamentos	Opções de ações em circulação	Opções de ações exercíveis
Outorga concedida em 11.04.2022	512.852	-	-	512.852	-
Outorga concedida em 11.04.2023	507.459	-	-	507.459	-
Posição em 31 de dezembro de 2023	1.020.311	-	-	1.020.311	-

d) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pela variação cambial na conversão dos balanços patrimoniais das controladas que operam com moeda funcional diferente da moeda de apresentação destas demonstrações financeiras, conforme relação divulgada nota 2.4, e impactos informados na nota 11, tendo como contrapartida o resultado do hedge de investimento líquido no exterior. (nota 37 b)

Também estão refletidos os saldos de reavaliações de ativos efetuadas em 1990 nas contas de terrenos e edificações e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos. O saldo residual das respectivas reservas em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 8.128 (R\$ 8.728 em 2022) e R\$ 5.163 (R\$ 7.858 em 2022) que foi admitido como parte integrante do valor do custo dos respectivos bens. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido até o limite de 50% do capital social, apurado em cada exercício social e o saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social.

Reserva para investimentos					
	Constituição (reversão)	Distribuição	Capitalização	Saldo	Expansão (*)
2007	46.963	-	-	46.963	-
2008	131.295	-	-	178.258	79.864
2009	98.886	-	-	277.144	65.776
2010	97.440	-	-	374.584	61.080
2011	125.014	-	-	499.598	135.133
2012	48.220	-	(138.656)	409.162	109.035
2013	71.646	-	-	480.808	93.427
2014	73.887	-	-	554.695	84.364
2015	118.151	-	-	672.846	42.931
2016	(169.375)	(100.358)	-	403.113	20.046
2017	156.651	(200.000)	-	359.764	36.052
2018	268.948	(162.500)	-	466.212	43.200
2019	275.455	(125.000)	-	616.667	130.083
2020	(67.231)	-	-	549.436	41.713
2021	199.518	(62.300)	-	686.654	106.296
2022	424.671	(65.102)	-	1.046.223	138.315
2023	463.957	(116.013)	(117.302)	1.276.865	237.936
				1.276.865	1.425.251

(*) Referem-se aos investimentos estratégicos para expansão da capacidade produtiva.

Em 28 de abril de 2023 os acionistas da Companhia aprovaram aumento de Capital Social, no montante de R\$ 117.302, com reservas de lucros que por ocasião do fechamento das demonstrações financeiras de 2022 excederam o limite estabelecido no Art. 199 da Lei 6.404/76, após feitas todas as destinações previstas na legislação societária.

f) Destinação dos resultados

É assegurado aos acionistas, por meio do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2023, R\$ 463.957 foram destinados à conta de reserva para investimentos, incorporando a base utilizada para distribuição de dividendos do exercício. Em 2022 foram adicionados R\$ 424.671.

A distribuição realizada em 2023 foi suportada por reservas de lucros, do subgrupo de reservas para investimentos, e foi imputada ao dividendo mínimo obrigatório de acordo com o estatuto social da Companhia na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os dividendos propostos para deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, no montante de R\$ 22.071, somados a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio deliberadas pelo Conselho de Administração em 2023, no montante de R\$ 116.013 correspondem ao mínimo obrigatório de 25%.

Em 31 de dezembro de 2023 a soma das reservas de lucros excederam o Capital Social em R\$ 256.049 após feitas todas as destinações previstas na legislação societária. Conforme previsto no Art. 199 da Lei 6.404/76, a Administração irá propor à Assembleia Geral de Acionistas aumento do Capital Social.

As tabelas a seguir apresentam a forma utilizada (Juros sobre o Capital Próprio – JCP ou Dividendos), as datas das deliberações do Conselho de Administração, as datas dos pagamentos, os valores brutos e líquidos de IRRF e os valores por ação.

Tabela demonstrativa do cálculo dos dividendos de 2023 e 2022:

	dez/23	dez/22
Base de cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Tupy	508.140	508.272
Constituição de reserva legal (5%)	25.407	25.414
	482.733	482.858
Proposta de distribuição (*)		
Juros sobre o capital próprio bruto	116.013	65.102
Dividendos	22.071	65.378
	138.084	130.480

(*) Para ações em circulação na data do balanço

	Ordinárias	
Valores unitários por ação	dez/23	dez/22
Juros sobre o capital próprio bruto	0,80465	0,45154
Dividendos	0,15308	0,45345
Total proposto para distribuição	0,95773	0,90499

Tabela demonstrativa da deliberação e pagamento dos dividendos de 2023:

Data da deliberação	Forma	Valor Bruto	Valor por ação	Valor líquido	Data de pagamento
27.03.23	JSCP	41.365	0,2872	38.060	17.10.23
26.09.23	JSCP	37.885	0,2629	34.580	26.03.24
22.12.23	JSCP	36.763	0,2553	34.142	31.07.24
30.04.24	Dividendos	22.071	0,1533	22.071	31.10.24
		138.084		128.853	

O saldo a pagar de R\$ 94.189 contempla a parcela relativa ao dividendo de R\$ 22.071 e as parcelas de JCP deliberadas em 26 de setembro e 22 de dezembro de 2023 com datas de pagamentos durante o exercício de 2024 e saldos de parcelas anteriores.

27. RECEITAS

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta para fins fiscais	5.032.726	5.331.855	12.618.773	11.025.432
Devoluções e abatimentos	(55.127)	(19.726)	(281.812)	(180.156)
Receitas líquidas de devoluções e abatimentos	4.977.599	5.312.129	12.336.961	10.845.276
Impostos sobre vendas	(342.864)	(400.552)	(968.771)	(666.860)
Receitas	4.634.735	4.911.577	11.368.190	10.178.416
Receitas				
Mercado Interno	1.478.610	1.697.637	3.698.292	2.828.137
Mercado Externo	3.156.125	3.213.940	7.669.898	7.350.279
Receitas Líquidas	4.634.735	4.911.577	11.368.190	10.178.416

O crescimento reflete, principalmente, a combinação de negócios ocorrida em 01 de dezembro de 2022 da subsidiária MWM Tupy do Brasil Ltda.

28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo, apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Matéria prima e materiais de processo	(2.142.734)	(2.443.304)	(5.808.198)	(5.022.579)
Materiais de manutenção e consumo	(312.012)	(224.528)	(832.133)	(643.125)
Salários, encargos e participação nos resultados	(838.564)	(875.694)	(2.050.280)	(1.847.452)
Benefícios sociais	(106.295)	(104.624)	(172.139)	(144.785)
Energia elétrica	(171.711)	(173.127)	(466.547)	(509.752)
Fretes e comissões sobre vendas	(202.042)	(319.633)	(458.774)	(543.066)
Honorários da administração	(24.989)	(29.717)	(24.989)	(29.717)
Outros custos	(53.064)	(42.866)	(290.251)	(170.231)
	(3.851.411)	(4.213.493)	(10.103.311)	(8.910.707)
Depreciação e amortização	(147.776)	(140.154)	(357.906)	(330.351)
Total de custos e despesas	(3.999.187)	(4.353.647)	(10.461.217)	(9.241.058)
Custo dos produtos vendidos	(3.526.463)	(3.777.632)	(9.433.067)	(8.290.773)
Despesas com vendas	(245.100)	(363.344)	(599.913)	(618.300)
Despesas administrativas	(227.624)	(212.671)	(428.237)	(331.985)
Total de custos e despesas	(3.999.187)	(4.353.647)	(10.461.217)	(9.241.058)

O crescimento em termos gerais reflete, principalmente, a combinação de negócios ocorrida em 01 de dezembro de 2022 da subsidiária MWM Tupy do Brasil Ltda. Em contrapartida observa-se reduções importantes nas rubricas de matérias primas e materiais de processo, energia elétrica e fretes sobre vendas.

29. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivos financeiros ao custo amortizado	(245.386)	(165.241)	(292.226)	(187.535)
Empréstimos	(245.180)	(163.581)	(292.020)	(185.875)
Títulos a pagar e outros passivos financeiros	(206)	(1.660)	(206)	(1.660)
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	(20.208)	-	(20.208)	-
Empréstimos	(5.498)	-	(5.498)	-
Operação de SWAP	(14.710)	-	(14.710)	-
Outras despesas financeiras	(12.281)	(11.538)	(27.641)	(33.949)
Total das despesas financeiras	(277.875)	(176.779)	(340.075)	(221.484)
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	238	649	238	649
Investimentos em instrumentos patrimoniais	238	649	238	649
Ao custo amortizado	50.508	80.477	97.156	90.081
Caixa e equivalentes de caixa	50.508	80.477	97.156	90.081
Créditos tributários e outras receitas financeiras	3.557	8.590	10.710	8.630
Total das receitas financeiras	54.303	89.716	108.104	99.360
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(67.754)	(22.274)	(101.582)	(48.879)
Variações monetárias e cambiais	(67.754)	(22.274)	(101.582)	(48.879)
Resultado com operações de Hedge (nota 37)	11.927	18.840	42.058	29.149
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(55.827)	(3.434)	(59.524)	(19.730)
Resultado financeiro, líquido	(279.399)	(90.497)	(291.495)	(141.854)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A variação ocorrida no período reflete o incremento das despesas financeiras pelos juros sobre as debentures emitidas em setembro de 2022 e o impacto da variação cambial com apreciação do Real frente ao Dólar americano quando comparado com mesmo período do ano anterior. Os valores reportados no fluxo de caixa representam as parcelas de variação cambial e juros que foram apropriados no período e ainda não impactaram o caixa.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Compra Vantajosa – Aquisição MWM (nota 39)	29.103	8.823	29.103	8.823
Constituição e atualização de provisões	(77.741)	(33.257)	(96.275)	(42.825)
Resultado na venda de bens do imobilizado	1.387	(385)	(6.448)	(2.166)
Compra Vantajosa – Aquisição Teksid	-	(23.121)	-	(23.121)
Impairment REINTEGRA (nota 8)	-	(52.694)	-	(52.694)
Resultado na venda de inservíveis e outros	5.448	(28.820)	4.916	(22.243)
	(41.803)	(129.454)	(68.704)	(134.226)
Depreciação de ativos não operacionais	(294)	(413)	(8.634)	(416)
Amortização de ativos intangíveis (nota 13)	-	-	-	(17.784)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	(42.097)	(129.867)	(77.338)	(152.426)

A Companhia encerrou as negociações referente ao ajuste de preço de aquisição da Tupy MWM do Brasil Ltda e o resultado aumentou o ganho de compra vantajosa em R\$ 29.103. (Nota 39)

Em 21 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou as negociações de ajuste de preço referente a aquisição das operações brasileira e portuguesa com a Teksid SpA, para as subsidiárias Tupy Minas Gerais Ltda (antiga: Teksid Iron do Brasil Ltda.) e FUNFRAP Fundação Portuguesa S.A. e o resultado final da combinação de negócios foi reversão de ganho de compra vantajosa no montante R\$ 23.121, reduzindo assim o ganho para R\$ 25.683.

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos efeitos fiscais	632.057	598.962	538.140	643.078
Alíquota de imposto de renda	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota	(214.900)	(203.647)	(182.968)	(218.646)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Reconhecimento de tributos diferidos (nota 9)	-	-	95.925	-
Imposto adicional das empresas de serviços - México	-	-	(266)	(217)
IRPJ/CSLL Indébito Tributário	-	21.836	-	21.836
Incentivos fiscais Reintegra	(16.895)	1.051	(16.895)	1.051
Depreciação de ativos não operacionais	(100)	(140)	(100)	(140)
Efeito da correção do ativo imobilizado	-	-	4.016	2.480
Juros sobre o capital próprio	39.444	22.135	39.444	22.135
Equivalência patrimonial	108.122	88.875	-	-
Imposto adicional das Subsidiárias	(14.149)	(12.962)	(14.149)	(12.962)
Efeito diferença de alíquota	-	-	17.084	22.403
Demais (adições) exclusões permanentes	(25.439)	(7.838)	(28.713)	(21.657)
Efeitos fiscais lançados ao resultado antes de impactos cambiais	(123.917)	(90.690)	(86.622)	(183.717)
Alíquota de imposto de renda antes de impactos cambiais	20%	15%	16%	29%
Efeito da moeda funcional sobre base tributária (a)	-	-	65.495	42.860
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(123.917)	(90.690)	(21.127)	(140.857)
Alíquota de imposto de renda - Efetiva	20%	15%	4%	22%

a) Efeito da moeda funcional sobre base tributária

As bases tributárias dos ativos e passivos das empresas localizadas no México, onde a moeda funcional é o Dólar norte americano, são mantidas em Pesos Mexicanos por seus valores históricos. As flutuações nas taxas de câmbio modificam as bases tributárias e consequentemente efeitos cambiais são reconhecidos como receitas e/ou despesas de imposto de renda diferido.

b) Composição do efeito fiscal lançado ao resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Efeitos fiscais lançados ao resultado				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(112.145)	(87.038)	(202.498)	(191.641)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.772)	(3.652)	181.371	50.784
	(123.917)	(90.690)	(21.127)	(140.857)

c) Imposto mínimo complementar global

A Companhia opera no México, Portugal, Holanda, Luxemburgo, Estados Unidos e Alemanha, estando a alíquota legal de imposto entre 20% e 40%. Nenhuma de suas subsidiárias recebe subsídio do Governo por meio de deduções fiscais adicionais que poderia reduzir a alíquota efetiva de imposto para menos de 15%.

32. RESULTADO POR AÇÃO**a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	508.140	508.272
Média ponderada de ações em circulação	144.147.004	144.151.970
Lucro básico por ação - R\$	3,52515	3,52595

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia oferece plano com opções de compras de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O cálculo efetuado para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido emitidas pelo valor justo, foi com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	508.140	508.272
Média ponderada de ações em circulação	145.381.809	145.157.179
Lucro diluído por ação - R\$	3,49521	3,50153

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia divulga as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

Componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização – Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico e serviços agregados, para fabricantes mundiais de motores utilizados em automóveis de passeio, veículos comerciais, máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas, geradores de energia, bens de capital em geral e montagem de motores para terceiros.

Distribuição – Distribuição de peças de reposição de fabricação própria e de terceiros, conexões de ferro maleável para a indústria da construção e perfis de ferro fundido para uso diversificado.

Informações referentes aos segmentos reportados estão demonstradas a seguir:

a) Conciliação de receitas, custos, despesas e o lucro líquido

Consolidado	Componentes estruturais, manufatura, energia e					
	descarbonização		Distribuição		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receitas (nota 27)	10.550.758	9.779.458	817.432	398.958	11.368.190	10.178.416
Custos e despesas, exceto depreciação (nota 28)	(9.428.384)	(8.570.960)	(674.927)	(339.747)	(10.103.311)	(8.910.707)
Outras despesas operacionais líquidas, exceto amortização de intangíveis e depreciação (nota 30)	(63.417)	(128.945)	(5.287)	(5.281)	(68.704)	(134.226)
Depreciação e amortização	(353.755)	(340.464)	(12.785)	(8.087)	(366.540)	(348.551)
Resultado antes do resultado financeiro	705.202	739.089	124.433	45.843	829.635	784.932
Resultado financeiro líquido (nota 29)					(291.495)	(141.854)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					538.140	643.078
Imposto de renda e contribuição social (nota 31)					(21.127)	(140.857)
Lucro líquido do exercício					517.013	502.221

b) Conciliação dos custos e despesas por segmento

Consolidado	Componentes estruturais, manufatura, energia e					
	descarbonização		Distribuição		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Matéria prima e materiais de processo	(5.374.622)	(4.829.432)	(433.576)	(193.147)	(5.808.198)	(5.022.579)
Materiais de manutenção e consumo	(787.622)	(627.652)	(44.511)	(15.473)	(832.133)	(643.125)
Salários, encargos e participação no resultado	(1.941.104)	(1.774.683)	(109.176)	(72.769)	(2.050.280)	(1.847.452)
Benefícios sociais	(163.338)	(142.442)	(8.801)	(2.343)	(172.139)	(144.785)
Energia elétrica	(445.360)	(491.730)	(21.187)	(18.022)	(466.547)	(509.752)
Depreciação	(345.121)	(322.264)	(12.785)	(8.087)	(357.906)	(330.351)
Fretes e comissões sobre vendas	(432.831)	(513.015)	(25.943)	(30.051)	(458.774)	(543.066)
Honorários da administração	(22.130)	(27.550)	(1.926)	(2.167)	(24.056)	(29.717)
Outros custos	(261.377)	(164.456)	(29.807)	(5.775)	(291.184)	(170.231)
	(9.773.505)	(8.893.224)	(687.712)	(347.834)	(10.461.217)	(9.241.058)

c) Conciliação de ativos e passivos

Consolidado	Componentes estruturais, manufatura, energia e					
	descarbonização		Distribuição		Total	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
ATIVO						
Contas a receber, líquidas (nota 4)	1.693.150	1.908.975	138.585	122.405	1.831.735	2.031.380
Estoques (nota 5)	1.807.490	2.024.088	153.772	183.796	1.961.262	2.207.884
Ferramentais	238.143	166.374	-	-	238.143	166.374
Títulos a receber e outros	121.658	162.777	5.450	5.844	127.108	168.621
Imobilizado (nota 13)	2.738.405	2.532.112	54.308	52.190	2.792.713	2.584.302
Intangível (nota 14)	156.893	151.113	207	-	157.100	151.113
Outros ativos não alocados	-	-	-	-	3.176.684	2.933.584
Total ativo consolidado	6.755.739	6.945.439	352.322	364.235	10.284.745	10.243.258

Consolidado	Componentes estruturais, manufatura, energia e					
	descarbonização		Distribuição		Total	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
PASSIVO						
Fornecedores e ferramentais	1.303.285	1.592.384	72.489	90.062	1.375.774	1.682.446
Impostos e contribuições	101.438	185.115	9.364	8.433	110.802	193.548
Salários, encargos sociais e participações	363.955	408.504	15.152	17.924	379.107	426.428
Adiantamentos de clientes	233.436	193.469	14.822	1.523	248.258	194.992
Títulos a pagar e outros	179.962	174.199	4.179	7.249	184.141	181.448
Imposto diferido sobre intangíveis (nota 9)	36.855	36.855	-	-	36.855	36.855
Outros passivos não alocados	-	-	-	-	4.621.966	4.493.181
Patrimônio líquido	-	-	-	-	3.327.842	3.034.360
Total passivo consolidado	2.218.931	2.590.526	116.006	125.191	10.284.745	10.243.258

Os ativos e passivos dedicados são alocados diretamente aos segmentos. Para aqueles de uso comum, utilizam-se critérios conforme sua aplicabilidade ou origem. Por não estarem diretamente relacionados à operação, a Companhia não aloca aos segmentos reportados os ativos de caixa e equivalentes de caixa,

impostos e contribuições a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros e investimentos em outras empresas. Do lado do passivo, pelo mesmo motivo, não são alocados os financiamentos e empréstimos, financiamentos de impostos e encargos sociais divididos, provisões, impostos diferidos e outros passivos de longo prazo.

d) Clientes relevantes responsáveis por mais de 10% das receitas totais da Companhia

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia existem clientes que individualmente representam mais de 10% das receitas consolidadas, conforme informações abaixo:

Consolidado - R\$ mil				
Receitas	2023	%	2022	%
Componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização	10.550.758	92,8	9.779.458	96,1
Cliente A	1.470.769	12,9	1.614.149	15,9
Cliente B	1.428.262	12,6	1.537.093	15,1
Demais clientes do segmento	7.651.727	67,3	6.628.216	65,1
Distribuição	817.432	7,2	398.958	3,9
Total Receitas	11.368.190	100,0	10.178.416	100,0

A composição das vendas do segmento de distribuição é pulverizada.

e) Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas

As receitas provenientes de clientes, atribuídas ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação nas receitas totais da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

Consolidado				
	2023	%	2022	%
América do Norte	5.195.926	45,7	5.088.561	50,0
Estados Unidos	3.119.473	27,4	3.086.697	30,3
México	2.018.666	17,8	1.921.654	18,9
Canadá	57.787	0,5	80.210	0,8
América do Sul e Central	3.866.172	34,0	2.896.905	28,5
Brasil - País Sede	3.698.292	32,5	2.828.137	27,8
Outros países	167.880	1,5	68.768	0,7
Europa	2.045.761	18,1	1.812.700	17,7
Reino Unido	508.527	4,5	417.420	4,1
Suécia	277.075	2,4	233.361	2,3
Países Baixos	94.597	0,8	176.099	1,7
Itália	642.777	5,7	627.591	6,2
França	98.616	0,9	131.316	1,3
Alemanha	327.330	2,9	131.167	1,3
Outros países	96.839	0,9	95.746	0,8
Ásia, África e Oceania	260.331	2,2	380.250	3,8
Japão	126.221	1,1	208.866	2,1
Índia	40.533	0,4	17.935	0,2
África do Sul	4.919	-	28.090	0,3
China	68.877	0,6	87.834	0,9
Outros países	19.781	0,1	37.525	0,3
Total	11.368.190	100,0	10.178.416	100,0

f) Ativo não circulante

Ativos não circulantes nesse caso correspondem a investimentos em instrumentos patrimoniais, propriedades para investimentos, imobilizado e ativos intangíveis e sua participação nos ativos não circulantes da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

Ativos não circulantes	2023	2022
Brasil - País Sede	1.766.636	1.585.216
México	1.164.618	1.132.466
Portugal	25.440	33.887
Outros países(*)	6.331	5.036
Total	2.963.025	2.756.605

(*) Estados Unidos e Alemanha

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

	dez/23	dez/22
Prédios e edificações	901.713	930.246
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	4.495.928	4.520.327
Estoques	801.468	907.201
Lucros cessantes	2.323.370	2.147.610
Responsabilidade civil geral	350.933	312.225
Responsabilidade civil administradores	165.756	151.306
Responsabilidade Civil Ambiental*	55.694	55.694
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	59.683	50.000

*Apenas para Funfrap - Fundação Portuguesa S.A.

Em setembro de 2022 a planta de Saltillo, México, sofreu sinistro com colapso estrutural do sistema de fusão de ferro (Forno Cubilô).

Em paralelo à reconstrução do ativo sinistrado e com o apoio de seus assessores externos, a Companhia notificou as Seguradoras apresentou laudos e evidências técnicas com o objetivo de comprovar de que sua apólice cobre o referido sinistro.

Considerando que o processo de apuração pelas seguradoras e respectivos assessores ainda poderia demandar investigações técnicas adicionais e visando assegurar a célere indenização da Companhia dispensando a necessidade de eventuais disputas judiciais, as seguradoras e a Companhia decidiram por formalizar acordo extrajudicial, importando em indenização em favor da Companhia.

Considerando também que o evento ocorreu em 2022 e nenhum direito de ressarcimento foi reconhecido contabilmente, por não atender o CPC 25, o entendimento da Companhia é de que a mudança de prognóstico só ocorreu com a assinatura do acordo em 07 de março de 2024, assim o reconhecimento contábil ocorrerá na referida data.

Os termos do acordo e valores envolvidos estão divulgados na nota 40 de eventos subsequentes.

35. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos para aquisição de ativos de longa duração relacionados ao seu processo produtivo, contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos, no montante

consolidado de R\$ 189.773 (R\$ 106.800 em 31 de dezembro de 2022), os quais serão liquidados com recursos próprios.

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.372.399	1.806.693	3.583.975	3.739.995
Caixa e equivalentes de caixa	481.983	704.746	1.593.098	1.509.829
Contas a receber (*)	830.200	1.035.555	1.831.735	2.031.380
Títulos a receber e outros ativos financeiros	60.216	66.392	159.142	198.786
<i>Impacto no resultado no exercício</i>	<i>53.263</i>	<i>74.251</i>	<i>123.565</i>	<i>79.219</i>
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	8.186	7.887	20.464	28.929
Investimentos em instrumentos patrimoniais	2.984	2.746	9.590	15.496
Instrumentos financeiros derivativos	5.202	5.141	10.874	13.433
<i>Impacto no resultado no exercício</i>	<i>17.776</i>	<i>25.355</i>	<i>45.434</i>	<i>30.723</i>
Passivos financeiros ao custo amortizado	3.199.930	3.697.744	5.463.678	5.485.584
Fornecedores	558.563	606.734	1.375.774	1.682.446
Financiamentos e empréstimos	1.454.889	1.922.852	2.755.163	2.481.021
Debêntures	1.035.518	1.038.858	1.035.518	1.038.858
Dividendos e juros sobre capital próprio	94.189	98.243	94.189	98.243
Títulos a pagar e outros passivos financeiros	56.771	31.057	203.034	185.016
<i>Impacto no resultado no exercício</i>	<i>(245.386)</i>	<i>(165.241)</i>	<i>(292.226)</i>	<i>(187.535)</i>
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	92.151	73	92.497	330
Instrumentos financeiros derivativos	12.998	73	13.344	330
Financiamentos e empréstimos	93.863	-	93.863	-
Operações de Swap	(14.710)	-	(14.710)	-
<i>Impacto no resultado no exercício</i>	<i>(5.611)</i>	<i>(5.866)</i>	<i>(3.138)</i>	<i>(925)</i>

(*) Inclui a provisão para perdas com recebíveis

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E HEDGE DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO EXTERIOR

Instrumentos financeiros derivativos

Com o objetivo de minimizar os impactos da variação cambial no fluxo de caixa futuro a Companhia contratou os seguintes instrumentos financeiros:

- Compra de opções de venda;
- Operações estruturadas na modalidade “zero-cost collar”
- “Non Deliverable Forwards”;
- Swaps.

No cenário externo observa-se o debate sobre o provável início da flexibilização da política monetária norte americana. Em várias economias emergentes, os ciclos de aperto começam a ser revertidos em trajetórias de queda nas taxas de juros. Nesse cenário, a dinâmica das moedas emergentes segue influenciada pelas diferentes magnitudes de aperto monetário entre os países, além das mudanças de percepção de risco-retorno endógenos e exógenos a esses países. Na comparação entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 o Real apresentou valorização de 7,21% frente ao Dólar norte americano e 3,91% frente ao Euro e o Peso Mexicano apresentou valorização de 7,09% frente ao Dólar norte americano.

a) Opções e NDFs

i – Controladora

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros somavam US\$ 68.800 em operações de “zero-cost collar” compostos por: compra de “PUT” com preço médio ponderado de exercício de R\$ 4,8467 e vendas de “CALL” com preço médio ponderado de exercício de R\$ 5,3520, com vencimentos até 28 de novembro de 2024. As operações de “NDF exportador” somavam USD 2.000, ao preço médio de USD 4,9757 com vencimentos até 25 de janeiro de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu em seu resultado financeiro receita de R\$ 11.927, sendo R\$ 11.806 recebimento de ajustes provenientes da liquidação dos contratos no período e ganho de R\$ 121 pela marcação a mercado desses instrumentos. No mesmo período de 2022, reconheceu em seu resultado financeiro receita de R\$ 18.840, sendo R\$ 12.938 recebimento de ajustes provenientes da liquidação dos contratos no período e ganho de R\$ 5.902 pela marcação a mercado desses instrumentos.

ii – Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros em Dólar norte americano somavam US\$ 45.100 em operações de “zero-cost collar”, as quais consistem em: compra de “PUT” com preço médio ponderado de exercício de MXN 17,1833 e vendas de “CALL” com preço médio ponderado de exercício de MXN 19,1896, com vencimentos até 15 de agosto de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros em EURO das operações de “zero-cost collar” somavam EUR 13.700, as quais consistem em: compra de “PUT” com preço médio ponderado de exercício de EUR 5,3273 e vendas de “CALL” com preço médio ponderado de exercício de EUR 5,7540, com vencimento até 15 de agosto de 2024. As operações de “NDF importador” somavam EUR 8.300, ao preço médio de EUR 5,3716 com vencimentos até 08 de março de 2024.

No período findo em 31 de dezembro de 2023, as subsidiárias reconheceram em seu resultado financeiro receita de R\$ 30.131, sendo R\$ 32.555 recebimento de ajustes provenientes da liquidação dos contratos no período e perda de R\$ 2.424 pela marcação a mercado desses instrumentos. No mesmo período do ano anterior as subsidiárias reconheceram em seu resultado financeiro de receita de R\$ 10.309, sendo R\$ 4.066 recebimento de ajustes provenientes da liquidação dos contratos no período e R\$ 6.243 pela marcação a mercado desses instrumentos

iii – Consolidado

No período findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido no resultado financeiro consolidado receita de R\$ 42.058, sendo R\$ 44.361 de recebimento de ajustes provenientes da liquidação dos contratos no período e perda de R\$ 2.303 pela marcação a mercado desses instrumentos. No mesmo período do ano anterior foi reconhecido no resultado financeiro consolidado receita de R\$ 29.149, sendo R\$ 17.004 de recebimento de ajustes provenientes da liquidação dos contratos no período e ganho de R\$ 12.145 pela marcação a mercado desses instrumentos.

Abaixo estão demonstradas as posições líquidas em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Instrumentos financeiros derivativos				
Passivo circulante	(13)	(73)	(359)	(330)
Ativo circulante	5.202	5.141	10.874	13.433
Posição líquida de instrumentos derivativos	5.189	5.068	10.515	13.103

Abaixo está demonstrada a movimentação no período e os vencimentos da posição em aberto em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	Subsidiárias	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.068	8.035	13.103
Reconhecido no resultado	11.927	30.131	42.058
Recebimento no período	(11.806)	(32.555)	(44.361)
Impacto de conversão para Reais	-	(285)	(285)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.189	5.326	10.515
Vencimento:			
Até 31/03/2024	2.308	3.657	5.965
Até 30/06/2024	1.781	1.372	3.153
Até 30/09/2024	920	297	1.217
Até 31/12/2024	180	-	180
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.189	5.326	10.515

b) Swap

Em 31 de dezembro de 2023, a Controladora possui contratos de swap com nocional de USD 93.330, com o objetivo de proteger parte do endividamento em dólar norte americano, refletindo os fluxos de caixa das linhas (i) financiamento BNDES Exim pré-embarque e (ii) adiantamento de contrato de câmbio – ACC. As operações têm vencimentos entre 16 de julho de 2024 e 15 de agosto de 2028. Os instrumentos têm por objetivo a troca (i) da moeda de Dólar norte americano (US\$) para Reais e (ii) dos juros médios de 5,58% a.a. para indexador médio passivo de 108,5% CDI. (nota 17 c)

Abaixo está demonstrada a posição em aberto em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora
Vencimento:	
Até 16/07/2024	(7.480)
Até 16/09/2024	(4.752)
Até 15/08/2028	(753)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(12.985)

Os passivos financeiros estão sendo avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Hedge de investimento líquido no exterior

Com o objetivo de atenuar os impactos da volatilidade cambial nos resultados, em 10 de janeiro de 2014, a Companhia passou a adotar o *hedge* de investimento líquido no exterior (*net investment hedge*).

Em 22 de julho de 2014 a Companhia designou o contrato de pré-pagamento de exportações – Tupy Overseas S.A. (nota 17) no montante de US\$ 349.000, equivalente então a R\$ 772.302 como instrumento de *hedge* para os investimentos nas controladas no México.

Dessa forma em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contratos de pré-pagamento de exportação no montante de US\$ 184.000 equivalentes a R\$ 890.799 designados como instrumentos de *hedge* para 50% dos investimentos nas controladas indiretas do México, Tupy México Saltillo, S.A. de C.V. e Technocast, S.A. de C.V., que têm como moeda funcional o dólar norte americano (US\$) e possuem ativos líquidos, parcialmente designados, de US\$ 183.139, valor equivalente a R\$ 886.633, que representa uma efetividade de 100,5%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, receita bruta de R\$ 123.534 provenientes da conversão dos contratos de pré-pagamento designados como instrumentos de *hedge*. No exercício findo em 31 de

dezembro de 2022, a Companhia reconheceu em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, receita bruta de R\$ 111.652 provenientes da conversão dos contratos de pré-pagamento designados como instrumentos de *hedge*.

38. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

A Companhia possui uma política de gestão financeira e normas internas monitoradas pela área de Riscos e Controles internos, que determinam práticas de identificação, monitoramento e controle de exposição à riscos financeiros.

38.1 Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, aplicações financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A gestão do risco de crédito de recebíveis de clientes é realizada através de avaliação conjunta da capacidade de pagamento, índice de endividamento, comportamento de mercado e histórico junto à Companhia, que estabelece os limites individuais de crédito. Adicionalmente, a Companhia realiza análise quantitativa e qualitativa da carteira de títulos a receber, para determinar a provisão para perdas em recebíveis. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam perdas esperadas em relação às contas a receber de clientes de R\$ 38.331 (R\$ 76.868 em 31 de dezembro de 2022), que representava 2,1% do saldo de contas a receber consolidado em aberto naquela data (3,6% em 31 de dezembro de 2022).

A reversão de parte dos valores contabilizados como estimativa para perdas em recebíveis apresentados no consolidado são decorrentes do recebimento de títulos que estavam pendentes há longa data, totalmente provisionados pelo valor de R\$ 36.725, reconhecidos na MWM Tupy do Brasil Ltda, adquirida em 30 de novembro de 2022. O montante recebido foi enviado para a antiga controladora, Navistar International Corporation, como acordado no contrato entre as partes.

A Companhia possui ainda um seguro de crédito para cobertura de riscos associados à parte das exportações e venda de geradores no mercado nacional realizadas pela MWM.

O risco de crédito compreende também retenção de valores por parte dos clientes que alegam eventuais problemas de qualidade. Para estes eventos a Companhia segue norma interna onde aplica estimativas para mensuração de potenciais perdas enquanto discute a procedências dos débitos com os respectivos clientes.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Contrapartes com classificação externa de crédito*				
Caixa e equivalentes de caixa	481.983	704.746	1.593.098	1.509.829
AAA	225.301	331.221	837.063	656.422
AA+ / AA / AA-	238.358	297.612	278.870	330.222
A+ / A / A-	18.324	75.913	457.767	523.030
Outros	-	-	19.398	155
Ativos financeiros derivativos	5.202	5.141	10.874	13.433
AA+ / AA / AA-	5.202	5.141	10.874	13.433
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Contas a receber	830.200	1.035.555	1.831.735	2.031.380
Risco baixo	786.382	991.681	1.787.917	1.987.506
Risco moderado	43.818	43.874	43.818	43.874
Risco alto	7.474	9.309	38.331	76.868
Estimativa para perdas em recebíveis	(7.474)	(9.309)	(38.331)	(76.868)
Outros ativos financeiros	63.200	69.138	168.732	214.282
Total	1.380.585	1.814.580	3.604.439	3.768.924

(*) A Companhia considera, para classificação do risco, o menor rating entre as agências classificadoras.

Os valores de contas a receber de clientes apresentam as seguintes classificações de risco:

- Risco baixo, clientes do segmento de componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas.
- Risco moderado, clientes do segmento de distribuição, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas.
- Risco alto, clientes que possuem saldos provisionados e perdas históricas.

Os outros ativos financeiros mantidos pela Companhia são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

38.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é a manutenção de caixa mínimo.

A Companhia é contraparte em alguns contratos de financiamento, que exigem a manutenção de índices financeiros, ou o cumprimento de outras cláusulas específicas. As principais operações, os *Senior Unsecured Notes* emitidos em 2021 e as debêntures emitidas em 2022, exigem que a Companhia atenda a índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA. Caso não seja cumprido, pode impor restrições, as quais estão detalhadas nas notas 17 e 18.

Visando garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, o caixa mínimo equivale à projeção de dois meses de pagamento a fornecedores, salários e encargos, obrigações tributárias, deduzindo os recebimentos com deságio de 50% para o mesmo período, mais o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo e marcação a mercado dos instrumentos derivativos. Além disso, a Companhia administra sua carteira de aplicações observando critérios de limites máximos de concentração em instituições financeiras, bem como de seus ratings globais e locais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

Consolidado	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual					Total do fluxo
		6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
PASSIVOS FINANCEIROS							
Financiamentos e empréstimos	2.755.163	169.497	575.864	294.087	275.498	2.077.708	3.392.654
Fornecedores, Títulos a pagar e outros	1.559.915	1.559.915	-	-	-	-	1.559.915
Debêntures	1.035.518	71.601	75.861	795.525	573.730	-	1.516.717
Dividendos a pagar	94.189	22.072	72.117	-	-	-	94.189
Instrumentos financeiros derivativos	13.344	11.947	1.397	-	-	-	13.344
	5.458.129	1.835.032	725.239	1.089.612	849.228	2.077.708	6.576.819

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Além disso, a Companhia apresenta geração de caixa suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos futuros.

38.3 Risco de mercado

As políticas econômicas das principais economias do mundo e do Governo Federal Brasileiro podem ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, inclusive sobre a Companhia, bem como sobre as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários das empresas brasileiras. Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, nível de exportação e distribuição das vendas por mercado, uma desaceleração da economia norte-americana, principalmente no setor de bens de capital, poderá impactar as vendas e as receitas e, conseqüentemente, a lucratividade da Companhia.

Os principais fatores de risco de mercado aos quais está exposta estão relacionadas a: Taxa de Câmbio, Taxa de Juros, Inflação nos principais insumos, Risco de Crédito e Risco de Liquidez. A Companhia atua, administrando suas exposições a estes fatores, mantendo-os dentro de parâmetros aceitáveis de forma a otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia. Os instrumentos financeiros com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de oscilação do fluxo de caixa e os pré-fixados a expõem ao risco de valor justo, podendo a Companhia utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A abertura dos instrumentos financeiros entre variável e fixo está demonstrado abaixo:

Consolidado	Nota explicativa	dez/23	dez/22
Instrumentos de taxa variável		(744.461)	(808.465)
Ativos financeiros		669.612	696.280
Passivos financeiros	17 e 18	(1.414.073)	(1.504.745)
Instrumentos de taxa fixa		(1.453.122)	(1.201.585)
Ativos financeiros		923.486	813.549
Passivos financeiros	17 e 18	(2.376.608)	(2.015.134)

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros variável

A Companhia possui aplicações financeiras expostas à variação do CDI e instrumentos de dívida expostos tanto à variação do CDI como a SELIC.

A oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados pela oscilação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta.

Risco da Taxa de Juros				Consolidado			
Instrumentos de taxa variável	Risco	Divulgado	Provável	Cenários			
				+25%	+50%	-25%	-50%
Em Reais							
Aplicações	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	11,65	11,15	13,9375	16,725	8,3625	5,575
Ativos Financeiros		669.612	669.612	669.612	669.612	669.612	669.612
Impacto Potencial		-	(2.999)	16.793	33.586	(17.225)	(35.360)
Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	11,65	11,15	13,9375	16,725	8,3625	5,575
Passivos Financeiros		(1.414.073)	(1.414.073)	(1.414.073)	(1.414.073)	(1.414.073)	(1.414.073)
Impacto Potencial		-	(6.333)	35.463	70.926	(36.375)	(74.672)

Risco de moeda

A Controladora está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional, o Real, enquanto a subsidiária mexicana está sujeita ao risco de moeda nos custos e despesas denominados em moeda diferente da sua moeda funcional, o Dólar norte americano. As subsidiárias brasileiras possuem moeda funcional Real, estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas e compras. A subsidiária Tupy Minas Gerais Ltda tem sua exposição predominantemente em EURO. A subsidiária MWM Tupy do Brasil Ltda está sujeita em menor escala ao risco de moeda nas suas vendas ao mercado externo em Dólar norte americano (US\$) e EURO e importações predominantemente em Euro. As transações da Controladora em moeda estrangeira são predominantemente denominadas em Dólar norte americano e as transações da subsidiária no México, sujeitas ao risco de moeda, são predominantemente denominadas em Peso Mexicano.

Adicionalmente, dada a relevância das operações da Companhia no México, a variação do Peso Mexicano tem impacto também no cálculo do imposto sobre a renda, haja visto que a variação cambial líquida proveniente dos ativos e passivos monetários em Dólar norte americano impacta diretamente a base de cálculo desse imposto. (nota 31)

A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívidas, aplicações financeiras, contas a receber, receitas de exportações em moeda estrangeira, operações com derivativos e o hedge de investimento líquido no exterior. A exposição da Companhia, considerando as controladas que utilizam o Real (R\$) como moeda funcional, está demonstrada a seguir:

Controladora		
Exposição líquida com impacto no resultado	dez/23	dez/22
Ativo	643.440	943.969
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	20.482	75.913
Cientes no mercado externo	622.958	868.056
Passivo	(97.601)	(58.136)
Empréstimos em moeda estrangeira	(1.398.063)	(1.878.936)
Hedge de investimento líquido no exterior	890.799	1.820.977
Contratos swap	460.855	-
Outros valores	(51.192)	(177)
Exposição líquida com impacto no resultado		
Em R\$ mil	545.839	885.833
Em US\$ mil	131.785	154.544
Em EUR mil	11.977	13.194

A exposição da Companhia, considerando as controladas que têm moeda funcional em Real, Dólar norte americano e em EURO (EUR), está demonstrada a seguir:

Subsidiárias		
Exposição líquida com impacto no resultado	dez/23	dez/22
Ativo	878.838	267.384
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	82.578	11.944
Cientes no mercado externo	475.786	172.138
Outros valores	320.474	83.302
Passivo	(619.127)	(361.982)
Contas a pagar	(519.781)	(187.728)
Outros valores	(99.346)	(174.254)
Exposição líquida com impacto no resultado		
Em R\$ mil	259.711	(94.598)
Em MXN mil	(466.853)	(518.656)
Em US\$ mil	10.572	(17.691)
Em EURO mil	14.051	24.416

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial, exceto derivativos

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável orçado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Consolidado	Cenários					
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do dólar	4,84	5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
Posição ativa	643.440	664.698	830.665	996.798	498.399	332.266
Posição passiva	(97.601)	(100.825)	(126.000)	(151.200)	(75.600)	(50.400)
Exposição líquida (R\$ mil)	545.839	563.873	704.665	845.598	422.799	281.866
Exposição líquida (US\$ mil)	112.746	112.746	112.746	112.746	112.746	112.746
Impacto Potencial (R\$ mil)	-	18.034	158.826	299.759	(123.040)	(263.973)

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial dos derivativos

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio em relação aos preços de “CALL” e “PUT” contratados, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável orçado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, são mantidas constantes.

Controladora	Cenários					
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do dólar	4,84	5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
MTM Controladora (NDF + Opções)	5.189	(41)	(67.141)	(153.337)	71.608	156.896
Impacto Potencial (R\$ mil)	-	(5.230)	(72.330)	(158.525)	66.420	151.707

Controladora	Cenários					
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do dólar	4,84	5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
MTM Controladora (Swap)	(12.985)	4.706	123.770	242.954	(114.597)	(233.781)
Impacto Potencial (R\$ mil)	-	17.690	136.755	255.938	(101.613)	(220.796)

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia monitora os mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais oscilações.

38.4 Risco operacional

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas relacionadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação, além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implantação de controles para riscos operacionais é exercida por uma área centralizada de Controles Internos sob a gestão da alta administração.

38.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia acompanha a relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.

A relação de capital próprio versus capital de terceiros, ao final de cada período, é apresentada a seguir:

Consolidado			
	Nota explicativa	dez/23	dez/22
Capital próprio		3.327.842	3.034.360
Patrimônio líquido	26	3.327.842	3.034.360
Capital de terceiros		5.363.805	5.699.069
Total do passivo circulante e não circulante		6.956.903	7.208.898
Caixa e equivalentes de caixa	3	(1.593.098)	(1.509.829)
Relação capital próprio versus capital de terceiros		0,62	0,53

38.6 Valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (redução ao valor recuperável) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

Todos os instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado (nota 36) e o valor justo dos financiamentos e empréstimos divulgados na nota 17, são calculados mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que estão disponíveis para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

As técnicas de avaliação utilizadas pela Companhia são classificadas como nível 2 da hierarquia do valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (nível 2) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia.

39. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 30 de novembro de 2022 a Companhia adquiriu da Navistar International Corporation 100% dos ativos e negócios da International Indústria Automotiva da América do Sul (atualmente MWM Tupy do Brasil Ltda.), mediante pagamento imediato de R\$ 855.000 e ajustes com futura saída de caixa, incluindo a devolução do caixa e equivalentes de caixa, no montante de R\$ 412.507.

Após o fechamento da operação “closing” a Companhia e vendedora iniciaram negociações para avaliar os ajustes da transação que foram concluídas parcialmente em 29 de setembro de 2023 e em definitivo em 1º de fevereiro de 2024, que reduziu o valor final da transação em R\$ 29.103.

A tabela abaixo apresenta o valor da contraprestação paga na data da aquisição, os desembolsos futuros líquidos e ajustado após fechamento da negociação prevista no contrato.

Cálculo contraprestação devida	BRL	Ajustes	Ajustado
Valor da contraprestação paga em 30/11/2022	855.000	855.000	855.000
Desembolsos futuros, líquido			
Ajuste capital de giro	43.400	(42.510)	890
Impostos a Recuperar	94.381	5.907	100.288
Imposto de renda diferido	119.160	-	119.160
Ressarcimento dívida CSLL e Outros	(87.566)	7.500	(80.066)
Valor da contraprestação paga + Ajustes futuros	1.024.375	(29.103)	995.272
Caixa e equivalentes de caixa assumidos temporariamente	243.132	-	243.132
Total	1.267.507	(29.103)	1.238.404

Informações completas da combinação de negócios entre a Companhia e a Navistar estão descritas na nota 30 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acordo sinistro México

Em 07 de março de 2024 a Companhia firmou acordo com as seguradoras acerca do sinistro ocorrido no sistema de exaustão de Saltillo, em setembro de 2022.

O acordo compreende o ressarcimento, em favor da Companhia, no montante de USD 10.481, no prazo de 30 dias úteis, abrangendo todas as perdas incorridas relativas ao referido sinistro.

Aumento de capital

Em 31 de janeiro de 2024 foi aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, o aumento de capital social da subsidiária Tupy Minas Gerais Ltda. até o montante de R\$ 350.000. Destes R\$ 265.000 foram transferidos em 09 de fevereiro de 2024.

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Aos acionistas, conselheiros e diretores da

Tupy S.A.

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tupy S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tupy S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Veja nota explicativa 2.5.a e 09 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, créditos tributários advindos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 138.106 mil e R\$ 458.558 mil, respectivamente.</p> <p>Os créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais estes possam ser utilizados.</p> <p>A estimativa do lucro tributável futuro está fundamentada no estudo técnico elaborado pela administração e envolve a determinação de certas premissas significativas, tais como: período projetivo, crescimento da receita e gastos operacionais.</p> <p>Consideramos a avaliação de realização dos ativos fiscais diferidos como um principal assunto de auditoria devido ao julgamento envolvido na determinação das premissas significativas utilizadas para estimar a geração de lucros tributáveis futuros, e devido ao impacto que eventual alteração destas premissas poderiam ter nos valores dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos se as premissas significativas como determinação do período projetivo, crescimento da receita, e gastos operacionais, utilizadas pela Companhia para estimar os lucros tributáveis futuros, são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; – Avaliamos se o orçamento utilizado para fins de projeção são aqueles aprovados pelos órgãos de governança da Companhia; e – Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 20 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8

Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS ESTATUTÁRIO – CAE

I – APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (Comitê ou CAE) da TUPY S.A. é órgão estatutário, criado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2019, e instalado na reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2020.

Em observância ao Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias Abertas da CVM (item 4.1.1) e ao Regulamento do Novo Mercado da B3 (artigo 22, item 'V'), o Comitê atualmente é composto por 6 (seis) membros, sendo um Conselheiro de Administração independente que coordena o Comitê, outros dois Conselheiros de Administração independentes e três membros externos.

O Comitê é vinculado ao Conselho de Administração e, como órgão de assessoramento, não possui atribuições executivas e/ou poder deliberativo, atuando com autonomia e independência no cumprimento de suas responsabilidades legais e estatutárias, além daquelas definidas no respectivo Regimento Interno.

Dentro da função de supervisão, entre os diversos processos operacionais da Companhia que monitora, o Comitê tem sob sua responsabilidade a revisão dos procedimentos contábeis para a elaboração e publicação das demonstrações financeiras auditadas.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos, de Controles Internos, de Compliance e da Auditoria Independente, além das análises decorrentes do monitoramento dos processos, valendo-se, também, sempre que necessário, da opinião de especialistas externos.

De acordo com o Art. 7º do Regimento Interno, compete ao CAE:

- I - propor as regras para seu funcionamento, as quais deverão ser submetidas para avaliação e deliberação do Conselho;
- II - analisar eventuais mudanças havidas em regras contábeis que geram impactos nas demonstrações financeiras;
- III - analisar os critérios adotados na avaliação de ativos, valor justo e valor recuperável, quanto à recuperação de créditos fiscais de quaisquer natureza/impostos a recuperar, intangíveis, ativo imobilizado e ativos biológicos;
- IV - avaliar o tratamento dado à contabilização de benefícios de qualquer natureza a Administradores;
- V - analisar o sistema integrado de processamento contábil para o tratamento de equivalência e/ou consolidação de subsidiárias, controladas e coligadas;
- VI - revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras – emitidas a qualquer tempo - as notas explicativas correspondentes, procedendo a avaliação das questões legais que possam ter impacto nas referidas demonstrações, releases de resultados, Formulário de Referência, relato de sustentabilidade, relato integrado, relatórios da administração e dos auditores independentes;
- VII - avaliar, em conjunto com a Diretoria Jurídica Corporativa, todas as questões legais e/ou contingências (cíveis, trabalhistas, tributárias e outras) que possam importar em riscos e gerar impactos significativos sobre a estrutura de capital e de resultados consignadas nas demonstrações financeiras, incluída a avaliação dos critérios de provisionamento;
- VIII - monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, supervisionando e avaliando as transações não usuais relevantes;

IX - avaliar a eficácia e eficiência dos órgãos de governança que atuam no processo de elaboração das demonstrações financeiras e identificar a existência de riscos relevantes não identificados, encaminhando as devidas ações;

X - emitir parecer ao Conselho sobre a contratação, acompanhamento, avaliação da efetividade dos trabalhos e substituição dos auditores independentes;

XI - avaliar os planos anuais da auditoria interna e da Gerência de Compliance, emitindo opinião para subsidiar deliberação do Conselho;

XII - avaliar o cumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pela auditoria interna;

XIII - supervisionar as atividades da auditoria interna e da Gerência de Compliance, avaliar os seus resultados e a adequação dos seus recursos humanos e financeiros, de acordo com os planos de auditoria interna e de compliance aprovados pelo Conselho;

XIV - assessorar o Conselho de Administração no processo de seleção, escolha, remuneração, avaliação e substituição dos profissionais designados como responsáveis pelas áreas de Auditoria Interna e Compliance;

XV - monitorar a qualidade, integridade e efetividade dos sistemas contábeis, de gerenciamento de riscos, controles internos e de compliance;

XVI - avaliar o processo e estrutura de gerenciamento de riscos – assim considerados os de natureza estratégica, além dos financeiros, operacionais, ambientais, legais e de imagem - e a efetividade dos controles existentes para seu monitoramento, incluindo a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados para tanto;

XVII - avaliar a efetividade dos procedimentos para recepção e tratamento de informações sobre o descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, de regulamentos e códigos internos, e garantia da confidencialidade da informação;

XVIII - acompanhar os planos de contingência, os controles implantados para garantir a segurança e lógica dos sistemas de informações, proteção contra fraudes e uso inadequado de tecnologias e dos ativos da Companhia;

XIX - acompanhar a efetividade da atuação das investigações e do Comitê de Ética e Conduta na gestão das manifestações/denúncias que envolvam fraudes. Para tanto o Comitê deverá possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

XX - recomendar ações para disseminar internamente o Programa de Integridade, envolvendo a cultura de ética e de sensibilidade a riscos;

XXI - avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas e do Código de Ética e Conduta da Companhia;

XXII - manifestar ao Conselho posicionamento sobre transações com Partes Relacionadas que se encontrem na alçada daquele Colegiado, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Situações de Conflito de Interesses;

XXIII - analisar e recomendar ao Conselho as ações mitigadoras e aceitação ou não dos riscos identificados em due diligence relacionada a fusões e aquisições pretendidas pela Companhia;

XXIV - reunir-se com o Conselho Fiscal periodicamente, e sempre que demandado, para informar sobre atividades que integram as suas respectivas competências;

XXV - propor ao Conselho, anualmente, orçamento próprio para o desempenho das suas funções;

XXVI- requerer à Secretaria de Governança a contratação de consultores com reconhecida especialização, sempre que entender necessária a opinião de especialistas externos e independentes para a análise detalhada pelo Comitê de temas de sua competência;

XXVII - promover, anualmente, a auto avaliação do Comitê;

XXVIII - elaborar relatório anual, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

(a) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados;

(b) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;

(c) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação;

(d) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna;

(e) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e

(f) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Sem prejuízo das atribuições acima ou daquelas estabelecidas por lei, o Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal poderão solicitar ao Comitê prévia análise sobre matérias específicas de competência daqueles Conselhos.

A estrutura, reporte e relacionamento do CAE com os Órgãos internos e de Governança da Companhia se encontra ilustrado na figura a seguir.

Posição do CAE na Estrutura



Legenda:

Linha sólida – reporte direto ao CA, sendo Auditoria Independente, Auditoria Interna e Compliance via Comitê

Linha pontilhada – reporte à Diretoria, sob acompanhamento do Comitê

O presente relatório segue a orientação prevista no artigo 22, parágrafo primeiro, do Regulamento do Novo Mercado da B3, e nos artigos 31 D e E da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

II – REUNIÕES REALIZADAS

Contando com a presença dos seus membros, no período que compreende o presente relatório o Comitê reuniu-se 21 (vinte e uma) vezes entre os dias 21 de março de 2023 e 13 de março de 2024, a saber:

2023	Março	21, 24 e 27
	Abril	14
	Maiο	02 e 15
	Junho	02 e 21
	Julho	06 e 18
	Agosto	07 e 17
	Setembro	15
	Outubro	20 e 27
	Novembro	21
	Dezembro	15 e 19
2024	Janeiro	30
	Fevereiro	28
	Março	13

Os cinco primeiros encontros foram realizados com a presença dos membros que integravam a formação anterior do CAE: José Rubens (Conselheiro de Administração independente e Coordenador), Jaime Kalsing, Jorge Manoel e Marcos Alexandre, estes como membros externos.

Em junho e julho de 2023, já como Conselheiro de Administração independente, por indicação daquele Colegiado, Jaime Kalsing passou a coordenar as reuniões do CAE com a presença do novo membro Ênio Mathias Ferreira (Conselheiro de Administração independente), e dos membros externos Jorge Manoel e Marcos Alexandre. Passaram a fazer parte do CAE, a partir do encontro de 18 de julho de 2023, como integrante externa, a Sra. Ieda Cagni, e, desde 30 de janeiro do corrente ano, na condição de Conselheiro de Administração independente, o Sr. Vinicius Marques de Carvalho.

Observadas a natureza das matérias pautadas nas reuniões, estiveram presentes executivos das seguintes áreas:

- Riscos e Controles Internos
- Compliance
- Controladoria e Contabilidade
- Jurídica e Relações Institucionais
- Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Pessoas
- Tecnologia da Informação
- Tesouraria
- Presidência
- Vice-Presidência de Finanças, Controles, Administração e de Relações com Investidores
- Vice-Presidência de Compras e Logística

- Vice-Presidência de Operações
- Auditoria Interna
- Comitê de Ética e Conduta
- Auditoria Independente
- Governança Corporativa
- “Donos de risco” e responsáveis por processos em áreas administrativas e industriais das unidades localizadas em Betim, México, Portugal e Holanda.

Também foram promovidas reuniões específicas com o Conselho Fiscal (24 de março e 13 de julho de 2023, e 13 de março de 2024), encontros que objetivaram tratar de matérias do escopo de atuação dos de ambos os órgãos de governança.

Nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração (CA), a partir de junho de 2023 o Coordenador do CAE passou a reportar formalmente aos Conselheiros, através de Súmulas, as matérias tratadas pelo Comitê no encontro imediatamente anterior à reunião do CA, dando ciência das observações e submetendo as proposições consensadas entre seus membros para a deliberação daquele Colegiado. Entre janeiro e maio de 2023 as exposições ao Conselho de Administração foram feitas pela anterior coordenação do CAE, então exercida pelo Conselheiro José Rubens.

III – PRINCIPAIS ATIVIDADES E TEMAS TRATADOS

As principais atividades e questões tratadas envolveram os seguintes temas:

(1) Controladoria, gestão financeira e monitoramento de indicadores

- Acompanhamento da gestão financeira, compreendendo ativos, passivos, nível de endividamento, covenants e posição de caixa.
- Acompanhamento mensal das variações das contas patrimoniais e de resultado.
- Análise e manifestação sobre o conteúdo dos ITRs trimestrais, Balanços Especiais para ao acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Demonstrações Financeiras anuais de 2023, respectivas Notas Explicativas e leitura da minuta do Relatório da Administração, além do release para o mercado.
- Análise e discussão da minuta das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, bem como do relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- Recomendações sobre ajustes procedidos nas DFs, ampliando-se o conteúdo das Notas Explicativas.
- Análise das transações com partes relacionadas e cumprimento das obrigações intercompanies.
- Análise dos compromissos atuariais decorrentes do plano de previdência privada por benefício definido existente para os profissionais localizados nas subsidiárias mexicanas e da combinação de negócios com a adquirida MWM.
- Análise dos valores, variações e critérios de contabilização das contingências judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias).
- Avaliação dos testes de impairment dos ativos e de indícios de recuperabilidade dos ativos intangíveis.
- Avaliação da capacidade de realização de impostos diferidos (a recuperar) – estaduais e federais.
- Análise dos montantes apurados no acordo parcial promovido pela administração da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, com o Grupo Navistar por conta da aquisição da MWM.
- Análise das apólices de seguro, seus valores e coberturas.

- Análise dos critérios para o tratamento contábil dos créditos junto a clientes, associados a “disputas de qualidade”, “devoluções parciais” e “inventários de produtos localizados em armazéns externos”

(2) Gestão de Riscos e Controles Internos

- Analisadas as Matrizes de Riscos dos quatro trimestres de 2023. Com base na identificação dos riscos mais relevantes, ao longo do ano o CAE procedeu o monitoramento das ações implementadas através de reuniões com os “donos dos riscos”.
- Analisou-se a evolução do processo de implementação dos sistemas de aperfeiçoamento da Gestão de Riscos e Controles Internos em âmbito corporativo – GRC, integrados ao SAP.
- Análise mensal das atas das reuniões da Diretoria Executiva, Comitê Executivo de GRCI e da subsidiária holandesa Tupy Materials and Components - TMC, endereçando recomendações sobre conteúdo e providências registradas nas memórias dos encontros.
- Monitorou os trabalhos de gestão do ambiente de controles internos e dos controles para resposta aos riscos mapeados.
- Avaliação do sistema de controle de alçadas da Companhia.

(3) Jurídico

- Acompanhamento das contingências jurídicas - análise e discussão dos indicadores das contingências jurídicas trabalhistas e tributárias, ativos tributários e casos cíveis relevantes.
- Análise comparativa das contingências jurídicas ativas x passivas, com indicativo de adequação dos conceitos relacionados à probabilidade de perda das demandas consoante manifestação dos advogados que patrocinam as respectivas causas.
- Monitorado o movimento da autuação emitida pela SEF/SC sobre o creditamento do ICMS Santa Catarina com atenção para os valores em jogo, decisões nos tribunais superiores para casos da espécie e adequada classificação da contingência nos livros da Companhia.
- Analisou as perspectivas, possíveis reflexos para a Companhia, riscos envolvidos e respectivos planos de ação em relação as mudanças legislativas em âmbito nacional e internacional (e.g. Reforma Tributária e Global Anti-Base Erosion Model Rules - GloBE)

(4) Compliance, Canal de Denúncias e Comitê de Ética e Conduta

- Análise mensal, qualitativa e quantitativa, dos indicadores do sistema de Ética e Conduta, incluindo o Canal de Denúncias.
- Monitoramento das investigações internas sobre os fatos de maior relevância, iniciadas em face de transgressões verificadas/denunciadas sob a égide do Código de Ética e Conduta.
- Reunião com os membros do Comitê de Ética N1 (sede da Tupy).
- Acompanhamento dos procedimentos de consolidação do Programa de Compliance/Integridade nas distintas áreas da Companhia.
- Acompanhamento da introdução da ferramenta para o background check para a gestão do risco de terceiros, com base na experiência assimilada da subsidiária integral MWM, que já adotava tal sistema em suas operações.
- Recomendada interação com a Diretoria Jurídica e de Compliance da MWM, com vistas à integração de conceitos e procedimentos.
- Avaliação do Desempenho Individual da Gerente de Compliance no exercício de 2023, com registro em Proposta de Deliberação encaminhada para deliberação do CA.
- Manifestação, para deliberação do CA, sobre as metas para a área de Compliance em 2024.

- Analisado e encaminhado ao CA a proposta de orçamento da área de Compliance, com estimativas das despesas correntes e no orçamento para manutenção do Canal de Ética.

(5) Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Pessoas

- Análise dos indicadores de Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental, consistentes nas taxas de acidentalidade e de emissões atmosféricas nas unidades do Brasil e México.
- Discussões sobre a estrutura e práticas de gestão de SSMA na Companhia com foco na padronização de procedimentos de segurança do trabalho em todas as unidades da Companhia, recomendando postura de “tolerância zero” quanto a priorização, elaboração e implementação de planos de ações, considerando, nesse contexto, o tratamento a ser dado aos “quase acidentes”.
- Recomendação visando assegurar que toda a cadeia de profissionais com atividades sujeitas a práticas de Segurança do Trabalho tenha ciência de suas atribuições e responsabilidades, periodicamente formalizadas, e que sejam apresentadas mensalmente as ações da área, e respectivas evidências, aos órgãos de liderança executiva da Companhia, de que tais atribuições e responsabilidades são informadas pela Companhia e assumidas pelos respectivos encarregados.
- Enfatizada a implementação prioritária do resultado das inspeções nas principais estruturas físicas das unidades de Joinville, Betim, México e Portugal, de acordo com o reporte preliminar dos peritos contratados, que, embora resultaram na inexistência de riscos catastróficos, apresentaram vários pontos de melhoria recomendados. O relatório final será apreciado ainda no curso deste primeiro trimestre com reporte ao CA.
- Análise e recomendação, no âmbito das emissões atmosféricas, para o monitoramento em todas as unidades fabris da Companhia, procurando atender parâmetros locais ou aqueles estabelecidos pela legislação brasileira, sempre que mais rigorosos.

(6) Auditoria Interna

- Análise e discussão dos riscos identificados nas atividades correntes da Auditoria Interna.
- Análise e manifestação sobre o Plano de Auditoria Interna 2023.
- Análise e discussão mensal dos indicadores da Auditoria Interna, consistentes no acompanhamento do plano de trabalho e atendimento de recomendações.
- Análise do resultado do Teste de Efetividade dos Controles (Test of Effectiveness - ToE), com recomendação de ações objetivando a redução de controles ineficazes.
- Avaliação e recomendações sobre os relatos das principais investigações conduzidas pela Auditoria Interna.
- Desenvolvimento, por membro do CAE, de um "minicurso", aplicado na Sede da Companhia, compreendendo procedimentos de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos. Com duração de 10 h/aula, ministrado em 16 e 17/agosto, com participação da maioria dos profissionais das citadas áreas, inclusive pelo Gerente de Auditoria Interna do México.
- Proposta de Deliberação com atribuição de conceitos relacionados aos objetivos quantitativos e qualitativos em cada uma das dimensões avaliadas sobre o desempenho de 2023.
- Avaliação e discussão dos relatórios dos trabalhos de Auditoria Interna emitidos para as unidades localizadas no Brasil e no México, incluindo as eventuais deficiências classificadas em graus de risco – alto, médio e baixo –, acompanhados dos comentários e planos de ação preparados pelos responsáveis visando as respectivas ações corretivas.
- Participação do processo de seleção e recrutamento do head de Auditoria Interna para o México.
- Manifestação sobre as metas da área de Auditoria Interna para 2024.

(7) Auditoria Independente

- Análise dos relatórios de Auditoria sobre as DFs trimestrais, anual e especiais, junto com as recomendações para o aprimoramento dos Controles Internos.
- Apreciação do planejamento, escopo e principais conclusões obtidas nas revisões trimestrais (ITR), e das Demonstrações Especiais (abril e outubro) requeridas pelo acionista BNDES à luz dos artigos 248 e 249 da Lei 6.404/76, e o relatório para a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.
- Análise dos procedimentos executados pelos auditores, os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”), demais matérias apresentadas como relevantes e cédulas de ajustes, com efeito líquido não material no resultado, entre eles:
 - Combinação de negócios
 - Contingências
 - Reconhecimento de Receita
 - Impairment
- Análise de fragilidades, deficiências e recomendações de melhoria apontadas no relatório de controles internos – disponibilizados, se, justificativa plausível, apenas no mês de agosto/2023 -, bem como os respectivos planos de ação das áreas internas para a correção ou melhoria dos apontamentos.
- Avaliação anual dos serviços da Auditoria Independente.

(8) Trabalho específico nas unidades do México

- Tendo em conta ajustes contábeis realizados no 3º. Trimestre/2023, sobre os quais o Conselho de Administração determinou a realização de avaliação in loco da situação dos controles internos, envolvendo inventários, reconhecimento de receitas, contas a receber e contas a pagar na plataforma SAP.
- O membro do CAE Marcos Alexandre, em conjunto com head de Auditoria Interna e o Gerente de Riscos e Controles Internos ao longo de uma semana, em dezembro de 2023, revisaram processos e os lançamentos contábeis porventura ainda necessários.
- Os resultados, junto com as recomendações endereçadas, constam do relatório “Missão México 2023” disponibilizado para os Conselheiros da Administração, ainda pendente da manifestação do management sobre o seu conteúdo.

(9) Tecnologia da Informação

- Avaliação da integridade e segurança dos Sistemas de informação, com ênfase nas ferramentas de mitigação do risco cibernético.
- Discussão sobre a implantação e o mapeamento de processos e de controles para o SAP México.

(10) Governança Corporativa

- Leitura das atas das reuniões recebidas pelos órgãos de governança da Companhia, compreendendo Diretoria Executiva, Comitê Executivo de Gestão de Riscos Controles Internos e da Diretoria da TMC.
- Análise dos ofícios/notificações recebidos de autoridades e órgãos reguladores;

- Acompanhamento do processo de atualização do Formulário de Referência e do Informe de Governança Corporativa “Aplique ou Explique” previsto no Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias Abertas da CVM.
- Análise dos processos relacionados a gestão de crises e continuidade do negócio.
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade.
- Acompanhamento do trabalho de revisão do conjunto de políticas corporativas.
- Atualização do elenco de atividades do CAE e sua distribuição ao longo do ano.
- Análise dos resultados da avaliação do CAE, das conclusões apresentadas por consultoria especializada contratada pela Companhia – que conduziu o processo - e discussão sobre planos de ação.
- Revisão e proposta, aprovada pelo CA, de aprimoramentos gerais ao Regimento Interno do CAE.
- Definição do calendário de reuniões do CAE para o ano de 2024.
- Elaboração da proposta de orçamento anual do CAE para 2024.

IV - SUMÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da TUPY S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, regulatórias e estatutárias conforme previsto em seu Regimento Interno, procederam à revisão das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data sem ressalvas, do relatório anual da Administração correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, considerando as demais informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2023, opinam, por unanimidade, que os documentos citados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Joinville, 20 de março de 2024.

Jaime Luiz Kalsing
Conselheiro de Administração Independente
Coordenador do Comitê

Enio Mathias Ferreira
Conselheiro de Administração
Membro Efetivo

Vinícius Marques de Carvalho
Conselheiro de Administração
Membro Efetivo

Jorge Roberto Manoel
Membro externo

Marcos Alexandre Teixeira
Membro externo

Iêda Aparecida de Moura Cagni
Membro externo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Tupy S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido, e do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, e a proposta da Administração relativa à destinação do Resultado do Exercício. Tais exames foram seguidos, ainda, pela análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos auditores externos e pela Administração da Companhia no decorrer do exercício.

Adicionalmente, nos termos do artigo 163, III, e 166 § 2º da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal examinou a proposta de aumento de capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 256.049 correspondente ao excedente da reserva de lucros, nos termos dos artigos 199 e 169 e seu parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), bem como, da subsequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a expressar o novo capital social da Companhia, que passará a ser de R\$ 1.433.653.

Desta forma, após acompanhar as deliberações do Conselho de Administração ocorridas nesta data e com base nos exames realizados, no Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitidos em 20 de março de 2024, ambos sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina que os documentos e informações referidos acima, bem como as propostas da Administração relativas à destinação do resultado do exercício e aumento de capital, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Joinville, 20 de março de 2024.

João Augusto Monteiro

Presidente do Conselho Fiscal

Francisco Ferreira Alexandre

Membro titular do Conselho Fiscal

Ricardo Zamora

Membro titular do Conselho Fiscal

COMPONENTES DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Paula Regina Goto

Vice-Presidente

Vinícius Marques de Carvalho

Membros

Anielle Francisco da Silva

Carlos Roberto Lupi

Enio Mathias Ferreira

Jaime Luiz Kalsing

José Rubens de La Rosa

Ricardo Antonio Weiss

Wagner de Sousa Nascimento

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Fernando Cestari de Rizzo (DRI)

Diretores Vice-presidentes

Fabio Pena Rios

Ricardo Sendim Fioramonte

Contador

Pedro Henrique Eyng

CRC-SC 16.161/O-0 – CPF 537.813.259-20